

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

EDITAL DO PREGAO ELETRÔNICO

QUADRO DE INFORMAÇÕES

MODALIDADE/Nº:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2026
REGISTRO DE PREÇOS?	(X) SIM () NÃO
SGD Nº:	2026/25009/030065
TIPO DE JULGAMENTO:	() MENOR PREÇO () MAIOR DESCONTO () MENOR PREÇO POR ITEM (X) MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS e ITENS, conforme justificativa, constante no item 4.11 do Termo de Referência em anexo.
INVERSÃO DE FASES:	(X) NÃO () SIM Fundamentação:
MODO DE DISPUTA:	(X) ABERTO INTERVALO DE LANCES: R\$ 10,00 (dez reais) () ABERTO E FECHADO () FECHADO E ABERTO
PROCESSO Nº:	2026/23000/001532
ÓRGÃO REQUISITANTE:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SECAD
DATA/HORÁRIO DA SESSÃO:	15.07.2026 ÀS 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
OBJETO:	Aquisição de material permanente (armário, mesa, balcão, cadeira, sofá, escada, lixeira, cesto lixo)
SITE:	www.gov.br/compras
UASG:	926084
FONTE DE RECURSOS:	500 (Recursos não Vinculados de Impostos) / 759 (Recursos Vinculados a Fundos)
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	04.122.1166.1125 / 04.122.1166.2460 / 04.122.1100.4199 / 04.122.1166.1125
NATUREZA DE DESPESA:	33.90.30 / 44.90.52
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
FONTE DE RECURSOS:	713 (Transferência fundo a fundo de recursos do fundo de segurança pública)
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	32480 06.181.1160.4545/ 32480 06.181.1160.4546
NATUREZA DE DESPESA:	44.90.52
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS – PM/TO
FONTE DE RECURSOS:	754 (Operações de Créditos)
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:	06.122.1160.1170
NATUREZA DE DESPESA:	44.90.52
SUBCONTRATAÇÃO	(X) NÃO PERMITIDA

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

	() PERMITIDA , conforme o disposto no item xx do termo de referência em anexo.
VALOR ESTIMADO:	Com fulcro no permissivo legal do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, do art. 104 do DECRETO Nº 6.606/2023 e INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 08/2023/GASEC, justifica-se, ainda o caráter sigiloso do orçamento, na função de mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, além de prevenir eventual prejuízo à eficiência econômica da contratação.
PARTICIPAÇÃO ABERTA: RESERVA DE COTA EXCLUSIVA: PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP:	SIM – ITENS 1 a 19 (Grupo 1), 20 a 24 (Grupo 2) e 25 e 26 (Grupo 3), 27,29 e 31; SIM – 28, 30, e 32; SIM – ITEM 33.
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA	SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO – SCCL da SECRETARIA DA FAZENDA – ANEXO IV , sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ. O horário de expediente é das 8h às 14hs de segunda a sexta-feira.
AGENTE DE CONTRATAÇÃO DESIGNADO	FRANCISCO PONTES JARDIM NETO
TELEFONE/EMAIL	Telefone: (63) 3027-2136 E-MAIL: netopontes@sefaz.to.gov.br

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

2



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

EDITAL DO PREGAO ELETRÔNICO Nº 90032/2026

A **SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO** da **SECRETARIA DA FAZENDA** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** ou **MAIOR DESCONTO**, de acordo com o definido no quadro de informações, por intermédio do site estabelecido no quadro de informações. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 6.606/2023 e pelas condições estabelecidas no presente Edital, será conduzido pelo(a) pregoeiro(a) e respectiva Equipe de Apoio, designados pelo Secretário da Fazenda, através da PORTARIA/SEFAZ/GABSEC Nº 876/2025/GABSEC, de 09/09/2025.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no quadro de informação deste Edital, desde que não haja comunicação em contrário do (a) pregoeiro(a).

1. DO OBJETO

1.1 - Seleção e contratação de empresa de acordo com o objeto e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo deste Edital.

1.1.1. - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL DE COMPRAS - GOVERNO FEDERAL e as especificações constantes em anexo, deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3 - Quando a licitação for dividida em grupos, formados por vários itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem, sob pena de desclassificação.

2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

2.1 - As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.

2.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site estabelecido no quadro de informações.

2.3 - O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.3.1 - O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.5 - O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer licitação, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - PODERÃO PARTICIPAR desta licitação:

3.1.1 - Os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme regulamento específico.

3.1.2 - Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, conforme regras estabelecidas no art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.1.3 - A pessoa física, trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto desta licitação, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual;

3.1.3.1 - Não se aplica o item 3.1.3, quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

3.2 NÃO PODERÃO participar desta licitação:

3.2.1 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.1.1 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.2.2 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.3 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.3.1 - O impedimento do item 3.2.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.4 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.2.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.2.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7 - Os profissionais organizados sob a forma de consórcio.

3.2.7.1 - Em regra, fornecimentos de bens comuns que não ensejam grande complexidade na execução do objeto, por não demandarem a conjugação de esforços de empresas para viabilizar a participação no certame, justificam a vedação à participação de consórcios.

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

3.2.7.2 - No caso de peculiaridades do caso concreto, a ser justificado no Termo de Referência, poderá ser admitida a participação de empresas em consórcio.

3.2.7 - Empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.2.8 - As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos do Art. 156, III e § 4º da Lei 14.133/2021 e do Art. 320, §3º do Decreto nº 6.066/2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.

3.2.9 - As **empresas declaradas inidôneas** para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação.

3.2.10 - Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

3.2.11 - Que estejam sob falência ou insolvência civil e dissolução de sociedade.

3.2.12 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3 - Quando da participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, conforme quadro de informações.

3.3.1 - A obtenção de benefícios referente à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3.1.1 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.4 - A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E QUESTIONAMENTOS

4.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar os termos do edital do pregão ou solicitar esclarecimento, por meio eletrônico, na forma prevista no quadro de informação deste edital, devendo encaminhar o pedido até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2 - O(a) pregoeiro(a), responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido e limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação, do Termo de Referência e dos demais anexos.

4.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

4.4 - A peça de impugnação deverá conter, sob pena de rejeição, a exposição sucinta e clara do assunto, os fundamentos de Lei que alicerçam o pedido, como também, no mínimo, as seguintes informações de contato: telefone e e-mail.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

4.5 - Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, nos mesmos meios, exceto quando, em nada, altere a formulação das propostas, observados os prazos legais de publicação.

4.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no [site www.portaldecompras.to.gov.br](http://www.portaldecompras.to.gov.br) e no sistema no qual ocorrerá o procedimento, dentro do prazo estabelecido no item 4.2, e vincularão os participantes e a Administração, ficando os licitantes cientes da obrigatoriedade de acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

4.7 - Os pedidos de esclarecimentos, questionamentos e impugnações ou quaisquer outras informações complementares deverão ser encaminhados no e-mail do(a) Pregoeiro(a) disponível no quadro de informações.

5. PROPOSTA INICIAL

5.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e do cadastramento de sua proposta de preços a partir da data da liberação do Edital no site estabelecido no quadro de informações até o horário de início da Sessão Pública, conforme Quadro de Informações, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços.

5.1.1 - O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

5.2 - Antes de incluir a proposta em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

- a) Que está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, declarando ainda, que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos Termos de Ajustamento de Conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- b) Inexiste impedimento a sua habilitação, comprometendo-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva.
- c) Cumpre o disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- d) Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- e) Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no Inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano e degradante.
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- g) Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- h) E, se for o caso, a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida lei complementar.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

5.2.1 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.2.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.2.3 - A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 - A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, após a divulgação e até a data prevista para abertura da sessão, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento;
- b) Marca;
- c) Modelo/Versão;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações do objeto proposto em atendimento ao Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.3.1 - A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência.

5.4 - Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

5.4.1 - Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 5.4, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

5.5 - No valor proposto estarão inclusos todos os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

5.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer majoração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 - Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta de preço conforme item 12 e 15.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 - A partir da data e horário estipulado para início da sessão e de conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, que será aberta automaticamente pelo sistema, observado o modo de disputa adotado no quadro de informações do edital.

6.2 - O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1 - Eventual exclusão de proposta do licitante pelo pregoeiro, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

6.3 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, o que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.1 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.5 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.6 - Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.7 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.8 - A verificação da conformidade da proposta será realizada, exclusivamente, na fase de julgamento e em relação à proposta mais bem classificada.

6.9 - Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.10 - A desclassificação de propostas será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7. DO MODO DE DISPUTA

7.1 - Poderão ser adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

I - **ABERTO** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital;

II - **ABERTO E FECHADO** - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital, ou

III - **FECHADO E ABERTO** - serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentar a proposta de menor preço ou maior percentual desconto e os que apresentarem propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

7.2 - Quando da opção por um dos modos de disputa estabelecidos nos incisos I a III do item 7.1, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, o qual está definido no quadro de informação deste edital.

7.3 - Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados da seguinte forma:

I - ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

II - ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

7.4 - O modo de disputa e o intervalo de lances, quando for o caso, adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico será aquele definido no QUADRO DE INFORMAÇÕES e serão conduzidos de acordo com o rito estipulado abaixo.

7.5 - Modo de Disputa Aberto

7.5.1 - No modo de disputa **ABERTO**, a etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração dessa etapa.

7.5.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.5.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.5.1, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 7.3 deste.

7.5.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

7.5.5 - Após o reinício previsto no item 7.5.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.5.6 - Encerrada a etapa de que trata o item 7.5.5, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme estabelecido no item 7.3.

7.6 - Modo de Disputa Aberto e Fechado

7.6.1 - No modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

7.6.2 - Encerrado o prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.6.3 - Após a etapa de que trata o item 7.6.2 o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.6.4 - No procedimento de que trata o item 7.6.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.6.5 - Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 7.6.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.6.6 - Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.6.3 e 7.6.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.6.7 - Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.6.6.

7.6.8 - Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

7.7 - Modo de Disputa Fechado e Aberto

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

7.7.1 - No modo de disputa **FECHADO E ABERTO**, de que trata o inciso III do item 7.1, somente serão classificados automaticamente pelo sistema, para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

7.7.2 - Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.7.1, poderão os licitantes que apresentaram as 03 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.7.3 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

7.7.4 - Após o reinício previsto no item 7.7.3, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

7.7.5 - Encerrada a etapa de que trata o 7.7.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 7.3 do edital.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - Iniciada a fase competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, os licitantes encaminharão lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.2 - O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.2.1 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

8.3 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando estabelecido no quadro de informação deste edital, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, o que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5 - O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.5.1 - Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.6 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, salvo em casos de negociação realizada pelo pregoeiro.

8.7 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1 - A inexecutabilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

10



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

8.8 - Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9 - Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.10 - A desistência em apresentar lance implicará na exclusão da Licitante da etapa de lances, permanecendo o último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

8.11 - Para os itens divididos em cotas de participação, conforme quadro de informações, a licitante que sagrar-se vencedora tanto para o item destinado à cota reservada de até 25% para ME/EPP, como para o mesmo item de ampla concorrência, prevalecerá para ambos o menor preço ofertado dentre eles.

8.11.1 – Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.12 - O licitante enquadrado como pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO.

9.1 - Encerrada a etapa de envio de lances, o sistema automaticamente verificará o porte da empresa vencedora, e confirmado ser empresa de médio ou grande porte, e existir no certame empresas ME ou EPP classificadas com lance de valor até 5% (cinco por cento) acima da melhor oferta, será oportunizado o direito de preferência para que aquela melhor classificada formule seu lance. No caso de recusa ou impossibilidade, procedimento será o mesmo com as demais ME ou EPP classificadas sucessivamente (Art. 45, da Lei Complementar nº 123/2006).

9.1.1 - Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 9.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

a) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

b) o disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

c) a microempresa e a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.2 - O descrito no item 9.1 não se aplica caso a aquisição seja declarada EXCLUSIVAMENTE A ME/EPP conforme quadro de informações disposto neste edital.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

9.3 - Após o término da convocação, se for o caso, estabelecida no item 9.1, e encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a), realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto, ao solicitado no edital e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

9.4 - O(a) Pregoeiro(a) negociará condições mais vantajosas, com o fornecedor detentor da melhor oferta, conforme as regras estabelecidas no item 11.

9.5 - A proposta adequada ao último lance ofertado e os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento da etapa de lances, no prazo de, no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), no sistema, de acordo com o solicitado no item 12.

9.6 - A prorrogação de que trata o item 9.5, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) pregoeiro(a), ou

II - A critério do(a) pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital, mediante aviso no sistema.

9.7 - Quando previsto no Termo de Referência, anexo deste edital, que deverá ser realizada análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade ou prova de conceito, de modo a comprovar sua aderência às especificações, a sessão será suspensa, e o processo encaminhado ao órgão requisitante.

9.7.1 - Assim que o processo retornar do órgão requisitante, com a análise e avaliação da conformidade das propostas e das amostras, o(a) pregoeiro(a) convocará os licitantes por meio de aviso no sistema, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, ficando os licitantes intimados para acompanhar a sessão pública.

9.8 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

9.9 - Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências deste edital, o(a) Pregoeiro(a), examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.10 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

9.11 - Cumpridas as etapas anteriores, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação apenas do Licitante classificado, conforme disposições contidas no presente Edital, salvo nos casos de inversão de fases.

10 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE REAL

10.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto Estadual Nº 6.606/2023;

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

12

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, de acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, bem como as ações estabelecida no art. 56 do Decreto Federal nº 11.129/22.

10.1.1 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Tocantins;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões de gases de efeito estufa, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.1.2 - As regras no item 10.1 não prejudicam a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.1.3 - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 10.1.

10.1.4 – Os critérios estabelecidos nos Incisos II, III e IV do item 10, subitem 10.1 somente serão aplicadas, quando houver regulamentação estadual ou federal sobre o tema.

10.1.5 - Caso a regra prevista no item 10.1 deste Edital não solucione o empate, a classificação se fará, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

10.1.6 - O sorteio será realizado em local, data e horário previamente divulgados, respeitando o princípio da publicidade e a igualdade entre as partes.

10.1.7 - Os representantes das licitantes serão convidados a participar do sorteio, podendo acompanhar todo o procedimento.

10.1.8 - Será realizada a gravação do sorteio e disponibilizada para quem desejar acessá-la posteriormente.

10.1.9 - A ata do sorteio será lavrada e assinada pelos presentes, registrando os detalhes do procedimento e o resultado final.

10.1.10 - O resultado do sorteio será considerado como critério definitivo para desempate entre as propostas, determinando a licitante vencedora.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1 - O pregoeiro deve conduzir as negociações com o fornecedor detentor da melhor proposta, com o objetivo de redução do preço ou o acréscimo do maior desconto.

11.2 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3 - É vedada a utilização da negociação para correção de erros no Termo de Referência ou alteração da natureza do objeto lícitado.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

11.4 - Na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, após definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

11.4.1 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

11.4.2 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

11.4.3 - O pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12. DA PROPOSTA

12.1 - Depois de encerrada a fase de lances, a empresa vencedora deverá formular a proposta, conforme modelo do Anexo I, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, de acordo com o valor final da disputa e negociação, **acompanhada dos documentos porventura solicitados no termo de referência em anexo.**

12.1.1 - Na proposta deverá conter, ainda, o prazo de validade da proposta, prazo de entrega dos materiais e prazo de garantia dos materiais, conforme definido no termo de referência.

12.1.2 - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, o(a) Pregoeiro(a) considerará como válidos os prazos indicados no Termo de Referência, vez que o licitante declarou ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos.

12.2 - O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas de preços desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

12.3 - No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

12.4 - Nas operações ou prestações internas, relativas à aquisição de mercadorias ou serviços por órgão da administração pública estadual, suas autarquias e fundações, o licitante deverá apresentar sua proposta, deduzido o ICMS incidente na operação ou prestação, nos termos do Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006 alterado pelo Art. 2º Inciso LXXX de Decreto 4.222/10 (Convênio ICMS 23/03 e 88/10).

12.5 - A marca/modelo e fabricante do produto cotado, incluído no site estabelecido no quadro de informações deverão ser os mesmos indicados na proposta e a serem entregues, sem aceitação de nenhuma outra.

12.5.1 - A equipe técnica, quando da análise do produto apresentado, poderá recorrer aos sítios oficiais das marcas ou fabricantes para averiguação da especificação técnica do modelo/versão do produto ofertado, visando a comprovação da qualidade.

12.6 - O(a) Pregoeiro(a) poderá requisitar a licitante que readeque sua proposta, caso esta apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

12.6.1 - Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, o(a) Pregoeiro(a) realizará o arredondamento "para menos".

12.7 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos/serviços e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

12.8 - O processo será encaminhado ao órgão requisitante para análise da equipe técnica e manifestação do Gestor quanto às propostas ofertadas, conforme solicitado no termo de referência e quanto aos preços apresentados.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária descrita no Quadro de Informações.

14. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1 - O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO ou MAIOR DESCONTO, considerando o tipo de julgamento constante do Quadro de Informações.

14.2 - O resultado desta licitação será disponibilizado nos sites: www.pncp.gov.br/, www.portaldecompras.to.gov.br e no site definido no quadro de informações.

14.3 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

14.3.1 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 - Como **condição prévia ao exame da documentação de habilitação** do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à **existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

15.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário (<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>).

15.2 - Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de o licitante realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021](#).

15.2.1 - Para a **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, a empresa deverá apresentar:

- a) Registro comercial, no caso de firma individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhados da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- c) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

- d) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, em caso de licitante cooperativa;
- g) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, quando for o caso, subscritos pelos consorciados, com a indicação de empresa líder, que será responsável por sua representação junto à Administração.

g.1) O documento de compromisso público deve ser acompanhado da comprovação de existência jurídica de cada participante do consórcio.

15.2.2 - Para a **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, a empresa deverá apresentar:

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ATESTADO fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo constar o nº do CNPJ da empresa licitante.
 - a.1) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- b) Outros documentos de qualificação técnico-profissional específicos ao objeto desta licitação, exigidos por Lei para o livre exercício de atividade específica, quando for o caso, que poderão ser exigidos no termo de referência, em anexo e deverão ser apresentados sob pena de inabilitação;

15.2.2.1 - Em caso de apresentação por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios estabelecidos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da lei 14.133/2021, quais sejam:

- a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

15.2.3 - Quanto à **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** - deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens) ou Municipal (Prestação de Serviços), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE, ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

15.2.4 - Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, apresentar:

- a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

a.2) O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado: **(a)** da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e **(b)** da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

- b) Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.
- c) Apresentar comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital.
- c.1)** As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.
- c.2)** As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

15.2.4.1 - No caso de fornecimento de bens para pronta entrega em licitações exclusivas e/ou nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral não será exigido da licitante, a apresentação da Habilitação Econômico-Financeira.

15.3 - Quando da possibilidade de sua participação, as PESSOA FÍSICA deverão apresentar:

- a) Certidões ou atestados de qualificação técnica, quando couber, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

- d) Certidão Negativa de Insolvência Civil;
- e) Declaração de que atende os requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;
- f) Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- g) A pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração;
- h) Comprovação de Cadastro da Pessoa Física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (SICAF).

15.4 - Quando permitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15.5 - Quando permitida a participação de empresas consorciadas:

- a) Cada empresa consorciada deverá apresentar documentação, no que couber, nos termos dos itens 15.2.1, 15.2.2, 15.2.3 e 15.2.4 deste edital;
- b) No caso da qualificação técnica-operacional, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado; e
- c) Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado;
- d) A responsabilidade pelos atos praticados em consórcio será solidária dos integrantes, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.



ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

18



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

- e) O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio;
- f) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

15.6 – A documentação de **HABILITAÇÃO JURÍDICA** (subitem 15.2.1), **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** (subitem 15.2.3) e **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (subitem 15.2.4, alíneas “a” e “b”) poderá ser substituída pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, emitido pelo Governo Federal.

15.6.1 - O licitante declarado vencedor, quando solicitado, deverá encaminhar, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), os seguintes documentos:

- a) Os documentos de **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, item 15, subitem 15.2.2 deste edital;
- b) Comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que 01 (um). A empresa deverá apresentar os índices devidamente assinados por profissional habilitado da área contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital.
 - b.1) As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente, através da apresentação de balanço patrimonial, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.
 - b.2) As empresas cujo exercício seja inferior a um ano, deverão comprovar o capital mínimo de 10% do valor estimado da contratação, feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.
- c) Os documentos que não estejam contemplados no SICAF;
- d) A empresa em condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial ou Super Simples expedido pela Receita Federal, para o ano em vigência.

15.6.1.1. O pregoeiro realizará a consulta junto ao SICAF, para comprovação do solicitado no item 15.6.1, alíneas a e b, e convocará, se for o caso, a empresa via sistema, para, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, apresentar os documentos necessários para sua habilitação.

15.6.1.2 – Os índices econômicos requeridos neste edital são os mínimos necessários e têm como finalidade única a comprovação de que a capacidade econômico-financeira é adequada para garantir a execução integral do contrato. Tais índices podem ser obtidos em revistas ou informativos especializados em assuntos econômicos, sendo reconhecidos como os padrões habitualmente utilizados em editais de licitação, razão porque se justifica sua adoção.

15.6.2 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes.

15.6.3 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, mediante solicitação do(a) pregoeiro(a), a respectiva documentação atualizada.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

15.6.3.1 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, realizada pelo(a) pregoeiro(a), lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

15.7 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

15.7.1 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

15.7.2 - Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

15.8 - Não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos após a entrega daqueles definidos para habilitação, salvo em sede de diligência para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

15.8.1 - Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado no sistema, e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.9 - A pessoa física deverá estar cadastrada no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf) para participar deste procedimento licitatório.

15.10 - As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes àqueles previstos neste edital, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

16. DOS RECURSOS

16.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico as razões recursais.

16.1.1 - Será concedido o prazo de 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, isto é, indicando, em campo próprio do sistema, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer.

16.1.2 - A ausência de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto acima, importará na decadência desse direito.

16.2 - Será concedido ao Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso.

16.3 - Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contado da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

16.4 - As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser encaminhadas somente por meio eletrônico, através do sistema definido no quadro de informações, em campo específico para o registro do recurso, dentro do prazo mencionado pelo(a) Pregoeiro(a).

16.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

16.6 - A decisão do(a) Pregoeiro(a) deverá ser motivada, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de até 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

16.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9 - Os autos e os documentos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 - A sessão pública poderá ser reaberta a critério do(a) Pregoeiro(a), devidamente justificada, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando do provimento de recurso que leve à ANULAÇÃO de atos à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública.
- b) Quando HOUVER ERRO NA ACEITAÇÃO DO PREÇO melhor classificado.
- c) Quando o licitante declarado vencedor NÃO ASSINAR O CONTRATO, NÃO ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NÃO HOUVER CADASTRO RESERVA E NÃO RETIRAR O INSTRUMENTO EQUIVALENTE, oportunizando a convocação dos remanescentes.
- d) Quando o licitante não comprovar a REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, nos termos do art. 43, §1º da LC 123/2006.

17.2 - Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.3 - Todos os licitantes remanescentes serão convocados, de acordo com a fase do procedimento licitatório a ser reaberta, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata complementar.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 - A adjudicação e homologação do presente certame são de responsabilidade da autoridade superior, em consonância ao Art. 71 da Lei 14.133/2021.

18.2 - O ato de adjudicar e homologar o certame enseja não apenas atribuir-lhe eficácia e aprovação, mas também, reconhecer a legalidade dos procedimentos ali realizados, ratificando-os em todo o processo, desde a autorização para licitar.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Quando não mantiver a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar

21

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

19.2 - Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nos itens a, b e c do item 19.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- b) Para as infrações previstas nos itens d, e, f, g e h do item 19.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

19.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

19.6 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens a, b e c do item 19.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Entidade licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens d, e, f, g e h do item 19.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens a, b e c do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

19.8 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.9 - O procedimento para aplicação das sanções pelos seguintes motivos: não assinar a ata de registro de preços; não manter a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada serão de responsabilidade da Entidade promotora da licitação, conforme regulamento próprio.

19.10 - O procedimento para aplicação das demais sanções serão de responsabilidade do órgão requisitante do objeto.

19.11 - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO, no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no CRC da SECRETARIA DA FAZENDA.

20. DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1 - O descrito neste item e nos itens 21 a 24, somente SE APLICA, caso conste a opção por REGISTRO DE PREÇOS no quadro de informações disposto neste edital.

20.2 - O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 14.133/2021, no Decreto nº 6.066/2023 demais normas complementares.

20.3 - No âmbito do Sistema de Registro de Preços a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados.

20.4 – Salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa, não poderão os licitantes apresentar preços diferentes para os objetos a serem registrados em ata.

20.5 - Não poderão os licitantes fornecer propostas em quantitativos inferiores ao previsto e não haverá registro de mais de um fornecedor para o mesmo item, salvo previsão expressa no Termo de Referência, com devida justificativa.

20.6 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

20.5.1 - O exercício de preferência previsto no item 21.4, dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica. Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do registro de preços terá assegurado seu direito à contratação.

20.4.2 - É vedada a aquisição por valor superior a que poderia ser obtido do detentor do registro de preços.

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

23



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

20.5 - Uma vez registrados os preços, a Administração poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os bens respectivos, na forma e condições fixadas no presente Edital e no Contrato.

20.6 - Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, poderá ser firmado o CONTRATO entre a Administração e o adjudicatário, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 relativas aos contratos.

20.7 - Durante a vigência do Registro de Preços, a Administração poderá convocar o detentor a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do Contrato.

20.7.1 - Cada Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento será considerada parte integrante do CONTRATO.

20.8 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, renovando-se os quantitativos registrados, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

20.8.1 - O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e deverá ter seu extrato assinado e publicado, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

20.8.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de remanejamento entre os participantes.

20.9 - É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto, nos termos previstos do item 21.5.

21. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO PROCEDIMENTO DE CARONA

21.1 - Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 3 (três) dias, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

21.1.1 - A ata de registro de preços será acompanhada da relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

21.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

21.2.1 - Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

21.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato a empresa adjudicatária obriga-se a executar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste edital e seus anexos e, também, na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

21.4 - Quanto ao procedimento de carona:

21.4.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

21.4.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

21.4.3 - As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

21.4.4 - O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

21.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

21.6 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado e publicado seu extrato, no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

22. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 - Os preços classificados em primeiro lugar, por item serão registrados em ata própria e serão publicados na imprensa oficial.

22.2 - Os valores constantes da Ata de Registro de Preços serão fixados em moeda corrente no país.

22.3 - A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento, pelo licitante vencedor, nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após a adjudicação, as demais licitantes que concordem em reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora poderão integrar cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação no certame.

23.2. O cadastro de reserva será incluído como anexo da ata e poderá ser acionado quando:

- a) Houver recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata;
- b) Houver o cancelamento parcial ou integral da ata.

23.3. A análise dos documentos de habilitação das licitantes que integram o cadastro de reserva será efetuada apenas na eventualidade de serem convocadas para assinatura da ata.

23.4. A aceitação de eventual convocação é facultativa e a recusa em assinar a ata não gera para os integrantes do cadastro de reserva a aplicação de qualquer sanção administrativa.

23.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.6 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato decorrente da ata de registro de preço, no prazo estabelecido pela Administração, o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

24.1. A empresa registrada terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) for declarada inidônea ou impedida do direito de contratar e licitar com a Administração Pública.

24.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos a, b e d do caput deste artigo será formalizado por decisão do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.3 - O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão da autoridade competente.

24.4 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique ou impeça o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

24.5 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço ou domicílio da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o registro na data da publicação na imprensa oficial.

24.6 - A solicitação da Contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, assegurada defesa prévia do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

24.7 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal no 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1 - Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação, salvo se estiver expresso no Termo de Referência e no quadro de informações disposto neste edital.

25.2 - Quando previsto no termo de referência, a subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação, cabendo ao contratado apresentar à Administração a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado.

25.3 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

25.4 - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

26. DO CONTRATO

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

26



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

26.1 - Os contratos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

26.2 - O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

26.2.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

26.2.2 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

26.2.3 - Decorrido o prazo de validade da proposta, indicado no edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

26.2.4 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas condições propostas pelo licitante vencedor, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

26.2.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade licitante. As penalidades, não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

26.3 - Como condição para celebração do Contrato será exigida da adjudicatária, a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

26.4 - A rescisão administrativa do contrato de fornecimento por ato unilateral da CONTRATANTE obedecerá a disposto no artigo 139 da Lei 14.133/2021.

26.5 - O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice estabelecido no Termo de Referência, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.5.1. – Se não houver, índice expresso no Termo de referência, será adota o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

27. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

27.1 - O prazo de vigência da contratação será definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza do objeto lícitado.

27.1.1 - O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

27.1.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

27.2 - As publicações resumidas do contrato que vier a ser firmado, deverão ser realizadas na forma do estabelecido no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

27.3 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

28. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1 - Os materiais deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações da proposta, de acordo com as condições e o prazo de entrega estipulados no termo de referência, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

28.2 - Os materiais serão recebidos por servidor ou comissão, que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferirem a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues.

28.2.1 - Aceito o material, de forma definitiva, será procedido o Atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

29. DO PAGAMENTO

29.1 - O pagamento será realizado no prazo estipulado no Termo de Referência, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista, mediante termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

29.1.1 - O contratado deverá emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em estrita observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações, para fins de liquidação de despesa.

29.2 - No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.

29.3 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a requisitante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

29.4 - Os demais critérios de pagamento do objeto estão previstos no Termo de Referência e no Contrato.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 - A autoridade superior poderá revogar os procedimentos licitatórios por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anulá-los motivado por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

30.1.1 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

30.1.2 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

30.1.3 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

30.2 - Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

30.3 - As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.4 - Após apresentação da proposta de preços não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

30.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão requisitante.

30.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos somente em dias de expediente normal.

30.7 - As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do órgão requisitante, a finalidade e a segurança da contratação.

30.8 - As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

30.9 - Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, no Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

30.10 - Ao(à) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Competente é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar dos autos, desde a realização da sessão pública.

30.11 - O Edital pode ser lido e retirado através da Internet no site definido no preâmbulo e no www.portaldecompras.to.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas. – PNCP.

30.12 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I: Modelo de Proposta

Anexo II: Minuta de Contrato

Anexo III: Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo IV: Termo de Referência

Palmas, 02 de julho de 2026.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA
DIRETORA DE LICITAÇÕES

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

HASH: 56c1ab95d69f54953a087885b4c7a3b6a0ea2f801c9624e73e28b0e376bac13. Documento digital disponível em <https://www.siga.to.gov.br/flowbee-pub/#/validar/8N5Z-XVXS-YHQ7-C66C>. Juntado em 03/07/2026 09:50:33 por Janaina Matos.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2026
Processo nº 2026/23000/001532

DADOS DO EMPRESA LICITANTE:

Razão Social:
CNPJ/CPF:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
Estado:
Telefone:
Email

Inscrição Estadual:

CEP:

OBJETO: (descrever o objeto)

ITEM	QTD	QTD MÍNIMA	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
VALOR TOTAL ----->							

No preço ofertado estão inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.
Prazo de entrega dos materiais: _____
Prazo de garantia dos materiais: _____

DECLARAÇÕES

DECLARAMOS que estamos cientes do Termo de Referência objeto desta peça editalícia e das condições para fornecimento do objeto, estando nossa proposta de acordo com suas prerrogativas.

DECLARAMOS que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

DECLARAMOS que cumprimos os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [artigos 42 a 49](#), e não celebramos, no ano-calendário da realização desta licitação, contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme estabelecido nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

(OBS: VERIFICAR O PORTE DA EMPRESA ANTES DE DECLARAR A CONDIÇÃO DE ME/EPP)

DECLARAMOS que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação e que responderemos pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaramos ainda ciência de que o não cumprimento do disposto nesta declaração incidirá nas penalidades descritas no edital, nas seções DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES.

DADOS BANCÁRIOS

BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

NOME:
CPF:
ENDEREÇO:
TELEFONE
EMAIL:

>> Esta proposta deverá ser assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil <<



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ANEXO II

LEGENDA

As observações grafadas em **vermelho** no corpo do texto são instruções para facilitar a compreensão e orientar a forma de utilização das minutas padronizadas. Essas instruções deverão ser SUPRIMIDAS quando da finalização do edital a ser publicado ou da formalização do contrato.

- As lacunas existentes no texto estão destacadas em **azul** e devem ser preenchidas. Itens com redação alternativa ou opcional também estão grafadas em azul e devem ser adotados pelo órgão ou entidade pública, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e do objeto da licitação, cuidando-se para que sejam suprimidas as alternativas que não forem utilizadas.

- Considerando a **existência de itens e/ou cláusulas opcionais**, é possível que a numeração dos tópicos subsequentes, bem como das remissões, sofra alteração no momento do preenchimento dos instrumentos.

É de extrema relevância que sejam conferidas TODAS as numerações e remissões antes da finalização do documento.

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO TOCANTINS,
ATRAVÉS DA SECRETARIA XXX, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº XXXX, PROCESSO Nº XXXX.**

O **ESTADO DO TOCANTINS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Capital, por intermédio da, inscrita no CNPJ sob nº/....., representada por seu(a) **Secretário(a)**,, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro, na, inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual sob nº, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por seu titular, o(a) Sr.(a), brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº - SSP-....., CPF nº, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, elaborado de acordo com a minuta examinada pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 6.066/2023 e pelas condições estabelecidas no Edital, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO** o fornecimento de (**OBJETO**), conforme especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo IV do Edital), da proposta da **CONTRATADA** e dos demais documentos constantes do processo licitatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO, PROCESSO Nº XXX** e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO POR ESCOPO, COM ENTREGA FUTURA (INTEGRAL OU PARCELADA)

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

32

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de XXX (dias/meses), contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

OBSERVAÇÃO: Usualmente, a vigência dos contratos inicia-se na data da assinatura por ambas as partes. Caso se trate de contrato com vigência futura, a cláusula deve ser adaptada

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período estipulado, ressalvada, no caso de culpa da **CONTRATADA**, a opção pela extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prorrogação decorrente de atraso por culpa da **CONTRATADA** se dará sem prejuízo das providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: A prorrogação automática de que trata esta cláusula não dispensa o apostilamento do novo cronograma de entregas do **CONTRATO**, com as devidas informações orçamentárias, se necessário, onde também devem constar as razões do atraso no fornecimento.

REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do **CONTRATO** é de XXX meses/anos, contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

OBSERVAÇÃO 1: Deve ser indicado o prazo inicial da contratação, que não poderá exceder 5 (cinco) anos.

OBSERVAÇÃO 2: Usualmente, a vigência dos contratos inicia-se na data da assinatura por ambas as partes. Caso se trate de contrato com vigência futura, a cláusula deve ser adaptada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO**REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO POR ESCOPO, COM ENTREGA FUTURA (INTEGRAL OU PARCELADA)**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito):

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL

OBSERVAÇÃO: A presente tabela é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.

REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor mensal da contratação é de R\$ XXXX (...), perfazendo o valor anual (ou total) de R\$ XXXX (...).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do **CONTRATO** compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste **CONTRATO** encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento para o presente exercício de XXX, na classificação abaixo:

Unidade Gestora:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Nota de Empenho:

OBSERVAÇÃO 1: A referência ao PPA, só deverá permanecer nos contratos de serviço com escopo definido cuja vigência ultrapasse o exercício financeiro. Nos demais casos, deve-se suprimir a referência ao PPA.

OBSERVAÇÃO 2: Adaptar a classificação orçamentária, se for o caso. Se o contrato vier sob a forma de minuta não é necessário consignar o empenho no instrumento. Deve-se, porém, assinar o contrato apenas após a emissão e apostilamento da correspondente nota de empenho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No exercício seguinte, as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A inexistência de créditos orçamentários no início de cada exercício financeiro impede a continuidade do ajuste, devendo a CONTRATANTE promover a extinção do CONTRATO, sem ônus.

OBSERVAÇÃO: Prever o parágrafo terceiro apenas no caso de fornecimento contínuo, tendo em vista o disposto no art. 106, II, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do **CONTRATO** será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice estabelecido no Termo de Referência, que incidirá exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de eventuais atrasos imputados à **CONTRATADA**, não incidirá reajuste sobre o saldo de serviços previstos no cronograma físico-financeiro e não executados por culpa exclusiva da contratada.

OBSERVAÇÃO: A disposição acima deve ser adotada nos contratos com escopo definido que possuam cronograma de etapas.

REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO COM ENTREGA FUTURA INTEGRAL

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do **CONTRATO**, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajustamento.

REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** deverá pleitear formalmente o reajuste de preços durante a vigência do contrato, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

OBS: PARA AMBAS AS SITUAÇÕES, ADOTAR OS PARÁGRAFOS ABAIXO:

PARÁGRAFO QUINTO: O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pela Administração no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO OITAVO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do **CONTRATO** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do **CONTRATO** tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO NONO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do **CONTRATO** e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ENTREGA**REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO COM ENTREGA FUTURA INTEGRAL**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários preestabelecidos, observando-se as condições indicadas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma integral, em remessa única, no prazo descrito no Termo de Referência, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e lhe serão aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO QUINTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO COM ENTREGA FUTURA PARCELADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários pré-estabelecidos, observando-se as condições indicadas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma parcelada, nos quantitativos estimados e no prazo descrito no Termo de Referência, contados da notificação da emissão da Ordem de Fornecimento para cada uma das parcelas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos bens será realizada de forma integral, em remessa única, no prazo descrito no Termo de Referência, contados da notificação da Ordem de Fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Ordem de Fornecimento poderá ser emitida em quantitativo inferior ao estimado, sendo o saldo verificado entre a quantidade estimada e aquela efetivamente solicitada incorporado nas Ordens de Fornecimento subsequentes.

PARÁGRAFO QUARTO: Até o final do prazo de entrega, deverá ser solicitado o quantitativo integralmente contratado, ressalvada a possibilidade de aditivo de supressão, na forma prevista neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração dos prazos de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 10 dias da data prevista para a entrega, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO SEXTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e lhe serão aplicadas as penalidades cabíveis, sem prejuízo da continuidade do **CONTRATO**, nos termos do art. 111, parágrafo único, II, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

REDAÇÃO APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens deverão ser entregues nos locais e horários preestabelecidos, observando-se as condições indicadas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega do(s) bem(ns) será iniciada a partir da notificação da Ordem de Fornecimento e realizada **mensalmente (ou noutra periodicidade)**, em dias predefinidos de cada mês, durante o prazo de vigência contratual, de acordo com os quantitativos estimados para cada parcela e previstos no quadro abaixo:

(INSERIR QUADRO, CONFORME PREVISTO NO TR).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** poderá autorizar a alteração da data mensal (ou outra periodicidade) de entrega mediante prévia e justificada solicitação da **CONTRATADA**, com antecedência mínima de XXX dias, devendo o cronograma atualizado ser devidamente apostilado.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de culpa da **CONTRATADA**, será ela constituída em mora e lhe serão

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

aplicadas as penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO: Em situações de caso fortuito ou força maior, impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

OBSERVAÇÃO: As cláusulas a seguir (**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE** e **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**) são modelos sugeridos pela PGE, devendo ser adaptadas e ter o seu rol acrescido conforme as especificações do objeto licitado.

Desse modo, se for sugerida a inclusão de obrigação não compatível com o objeto do certame, o órgão deve retirá-la do instrumento ou adaptar a sua redação.

No mesmo sentido, deve incluir as obrigações que se fizerem necessárias, quando não presentes no modelo em questão.

NESES CASOS, OBSERVAR A NECESSIDADE DE RENUMERAR OS ITENS E, AINDA, REVISAR AS REMISSÕES, SOBRETUDO NA CLÁUSULA DE PENALIDADES CONTRATUAIS.

OBSERVAÇÃO 2: As cláusulas acrescidas ou suprimidas em relação ao modelo padrão devem ser apontadas na nota técnica do órgão de apoio a esta PGE e na respectiva declaração de conformidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É dever da **CONTRATANTE** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em especial:

- I. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de servidor designado para este fim;
- III. Informar à **CONTRATADA** as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para entrega dos bens;
- IV. Verificar a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;
- V. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** deste **CONTRATO**;
- VI. Comunicar por escrito à **CONTRATADA** qualquer vício, defeito ou irregularidade no objeto fornecido, solicitando a substituição, o reparo ou complementação do bem entregue, às suas expensas, no prazo fixado para o cumprimento da determinação;
- VII. Recusar o recebimento do bem que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à **CONTRATADA** o fato por escrito;
- VIII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos;
- IX. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;
- X. Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

37

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

XI. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** relacionados à execução contratual;

XII. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste **CONTRATO**;

XIII. Notificar, nos termos do §4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XIV. Responder a pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa dos respectivos requerimentos;

XVI. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, de seus anexos e da proposta apresentada na licitação e, ainda:

I. Fornecer o bem contratado, nas quantidades e especificações exigidas, salvo se obtiver por escrito prévia anuência da **CONTRATANTE** para alteração nas condições do fornecimento;

II. Fornecer o bem, acondicionado de forma adequada, de modo a garantir seu perfeito estado de conservação e funcionamento;

III. Cumprir o prazo de entrega estabelecido no contrato;

IV. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou outro prazo, que venha a ser definido no termo de referência, referido no ou no prazo assinalado pelo fiscal do **CONTRATO**, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou quaisquer irregularidades;

V. Programar, com a necessária antecedência, data e hora para entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer através de empresa transportadora, comunicando à **CONTRATANTE**, até 02 (dois) dias antes, qualquer impedimento à entrega, devidamente comprovado;

VI. Entregar o manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso;

VII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

VIII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do **CONTRATO**, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste **CONTRATO**;

IX. Comunicar à **CONTRATANTE**, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar o adequado fornecimento dos bens, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

X. Designar preposto para representá-la perante a **CONTRATANTE** sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

XI. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

XII. Enviar sem ônus, no prazo assinalado pelo fiscal, amostra para análise de aceitabilidade dos produtos quanto à satisfação de uso por parte do seu corpo funcional, se houver solicitação da **CONTRATANTE**;

OBSERVAÇÃO: Essa segunda opção de redação da CLÁUSULA XII deverá ser adotada apenas se o Termo de Referência estabelecer a obrigação de entrega de amostra pela contratada antes da emissão da ordem de fornecimento, conforme disciplina constante de cláusula específica prevista neste contrato. Nos demais fornecimentos, prever a primeira redação.

XII. Apresentar amostra, conforme o disposto na **CLÁUSULA XXXX (numeração a ser fixada de acordo com a Cláusula XXXX referente às amostras)**, para análise da adequação dos produtos às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, devendo substituí-la ou ajustá-la em caso de inconformidade, no prazo estipulado;

XIII. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do **CONTRATO**, sendo que eventual pessoal alocado ao **CONTRATO** não terá qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

XIV. Emitir documento fiscal com a discriminação expressa do percentual de isenção do ICMS, quando se tratar de operação abrangida pelo nos termos do Decreto 2.912 de 29 de dezembro de 2006 alterado pelo Art. 2º Inciso LXXX de Decreto 4.222/10 (Convênio ICMS 23/03 e 88/10) e em estrita observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações, para fins de liquidação de despesa.

XV. Manter, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XVI. Comprovar, quando for o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social para aprendiz, durante toda a vigência do **CONTRATO**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do **CONTRATO** e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

XVIII. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;

XIX. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no **CONTRATO**.

REDAÇÃO DO INCISO XX SOMENTE É APLICÁVEL PARA OS CONTRATOS CELEBRADOS COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE RELATIVOS ÀS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO. (PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU nº 33, de 30 de agosto de 2023).

XX - conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, bem como prestar as informações solicitadas, para os servidores do concedente e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como para os funcionários da mandatária e para os apoiadores técnicos. (PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU nº 33, DE 30 DE AGOSTO DE 2023).

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente **CONTRATO** deverá ser fiscalizada pela **CONTRATANTE**, não excluindo nem reduzindo, por tal fato, a integral responsabilidade da **CONTRATADA**, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATANTE** designa **NOME, CARGO OU FUNÇÃO E MATRÍCULA** como servidor responsável pela fiscalização técnica do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

I – prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contratos, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II – anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III – emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV – informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V – comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

VI – fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o atesto, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

VII – comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

VIII – participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com o fiscal administrativo e/ou setorial, de que trata o inciso VII do art. 30 deste Decreto; e

IX – auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, de que trata o inciso VIII do art. 30 do Decreto 6.066/2023.

j) Comunicar por escrito ao gestor do **CONTRATO** as faltas cometidas pela **CONTRATADA** que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATANTE** designa **NOME, CARGO OU FUNÇÃO E MATRÍCULA** como servidor responsável pela gestão do **CONTRATO**, que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

I – coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que dispõe os incisos II, III e IV do art. 26 do decreto nº 6.066/2023.

II – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassem a sua competência;

III – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

IV – coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

40

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração Pública;

V – coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 26 do Decreto nº 6.066/2023.

VI – constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do §3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;

VII – coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais;

VIII – emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativos e/ou setoriais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas; e,

IX – diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

OBSERVAÇÃO: Outras rotinas ou regras atinentes à fiscalização e gestão do contrato podem ser acrescentadas, conforme as necessidades do caso concreto.

PARÁGRAFO QUARTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A substituição do fiscal e do gestor designado, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente **CONTRATO**, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto do **CONTRATO** deverá ser recebido pelo fiscal do **CONTRATO**, à vista da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, nos seguintes termos:

I - Provisoriamente, de forma sumária, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens recebidos com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, após a verificação da compatibilidade dos bens com as especificações técnicas e exigências de qualidade e quantidade fixadas no Edital e seus anexos, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO QUARTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: O recibo e o termo circunstanciado deverão conter a identificação funcional do servidor responsável e respectiva assinatura.

PARÁGRAFO SEXTO: Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de devolver ou recusar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas, ficando a **CONTRATADA** obrigada a substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou outro prazo, que venha a ser definido no termo de referência;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Será considerada recusa formal se a **CONTRATADA** não substituir ou reparar o bem após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual, configurando inexecução do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO OITAVO: A não complementação do quantitativo dos bens entregues após o prazo fixado no **PARÁGRAFO TERCEIRO** da presente Cláusula Contratual configura inexecução parcial do **CONTRATO**, passível de aplicação da penalidade prevista no Edital.

PARÁGRAFO NONO: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será realizado no prazo estipulado no Termo de Referência, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando não for possível verificar diretamente no E-FORNECEDOR, a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA** será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a **CONTRATADA** terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, devendo a **CONTRATANTE** instaurar processo administrativo para extinção do **CONTRATO** e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos fornecimentos efetivamente executados.

PARÁGRAFO QUINTO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras.



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO SEXTO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A **CONTRATADA** deverá emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em estrita observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações, para fins de liquidação de despesa.

PARÁGRAFO OITAVO: A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO NONO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, a taxa de atualização financeira sobre os valores devidos à **CONTRATADA** será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM: Encargos Moratórios

I: Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{TX}{100}$

N: Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP: Valor da parcela a ser paga.

TX: IPCA

PARÁGRAFO DÉCIMO: A atualização financeira será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OBSERVAÇÃO:

Se o TR não tiver previsto a exigência de garantia contratual, deve-se adotar a primeira opção de redação acima.

Caso seja exigida a garantia, utilizar a alternativa abaixo, inserindo os parágrafos subsequentes.

Preencher o percentual da garantia conforme definido no Termo de Referência. Definir a base de cálculo da garantia conforme regime de execução do contrato. Se for serviço contínuo, adotar o valor anual. Se for serviço com escopo definido, adotar o valor total do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá prestar garantia de execução contratual, no percentual de X% (XX por cento) do valor total ou anual do **CONTRATO**, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do **CONTRATO**, ficando assegurado o prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a **CONTRATADA** opte pelas modalidades de fiança bancária, caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública, a garantia deverá ser apresentada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente **CONTRATO**, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do **CONTRATO** e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do **CONTRATO** ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a **CONTRATADA** obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do **CONTRATO** por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

1. A apólice permanecerá em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.
2. A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do **CONTRATO** principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
3. Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **PARÁGRAFO NONO**.
4. ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica a ser informada pela SECRETARIA DA FAZENDA, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste **CONTRATO**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do **CONTRATO**, mediante termo circunstanciado de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do **CONTRATO**, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do **CONTRATO** podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto do **CONTRATO**.

OBSERVAÇÃO: Definir conforme o caso, de acordo com o que foi previsto no TR.

Se o TR não for admitida a subcontratação, deve-se adotar a primeira opção de redação acima.

Caso seja admitida a subcontratação, utilizar a alternativa abaixo, inserindo os parágrafos subsequentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (XX por cento) do valor total do **CONTRATO**, nas seguintes condições:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

INSERIR CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe analisar os documentos de capacidade técnica do subcontratado, quando for o caso, e avaliar se ela cumpre os requisitos de qualificação necessários para a execução do objeto.

OBSERVAÇÃO: Se a subcontratação de determinada parcela já foi prevista no edital e o potencial subcontratado já apresentou durante o certame seus atestados de qualificação técnica, cf. art. 67, § 9º, o parágrafo quarto deve adotar a seguinte redação:

PARÁGRAFO QUARTO: A subcontratação dos serviços XXX já foi autorizada pela **CONTRATANTE**, à vista dos atestados de capacidade técnica apresentados e avaliados durante a licitação.

PARÁGRAFO QUINTO: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se esta ou os seus dirigentes mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do **CONTRATO**, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO POR ESCOPO COM ENTREGA FUTURA (INTEGRAL OU PARCELADA)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** somente se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes ou depois do prazo inicialmente estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará automaticamente prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração apostilar a readequação do cronograma físico-financeiro do **CONTRATO**.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do **CONTRATO** no prazo inicialmente estipulado decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

- a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do **CONTRATO** e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARA OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO CONTÍNUO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONTRATO** se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONTRATO** pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o **CONTRATO** não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do **CONTRATO**, desde que a notificação da **CONTRATADA** sobre a não-continuidade seja feita pelo **CONTRATANTE** com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia. Caso a notificação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário do **CONTRATO**, a extinção se dará após 2 (dois) meses da data da comunicação.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

OBSERVAÇÃO: Utilizar os parágrafos segundo e terceiro apenas quando o contrato for de vigência plurianual. Caso não sejam utilizados, atentar para a necessidade de renumerar os parágrafos subsequentes.

PARA AMBAS AS SITUAÇÕES, ADOPTAR OS PARÁGRAFOS ABAIXO:

PARÁGRAFO QUARTO: Constituem motivos para extinção do **CONTRATO**, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUINTO: A extinção consensual e a extinção determinada por ato unilateral da **CONTRATANTE** serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO: Aplica-se à extinção do **CONTRATO** a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

OBSERVAÇÃO: No caso de fornecimento com entrega imediata em que o instrumento de contrato é dispensado, as infrações e sanções devem ser reproduzidas na Ordem de Fornecimento, no que couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO**, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;
- b) der causa à inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do **CONTRATO**;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do **CONTRATO**;
- f) praticar ato fraudulento na execução do **CONTRATO**;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a **CONTRATADA** descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens **VI, IX, X, XI, XIV, XVII e XVIII** da **CLÁUSULA NONA** deste **CONTRATO** ("Das Obrigações da Contratada").



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO**, em especial as elencadas nos incisos III e IV do **CLÁUSULA NONA**, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela **CONTRATADA**, sempre que deles decorrer inexecução parcial do **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas "b" e "d", respectivamente, do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, de acordo com as seguintes regras:

OBSERVAÇÃO 1: Os percentuais fixados para as multas no presente modelo, bem como os valores mínimos e máximos, são meramente sugestivos e devem ser avaliados no caso concreto, de acordo com valor da contratação e a gravidade do descumprimento, podendo ser alterados de acordo com a necessidade.

OBSERVAÇÃO 2: Caso tenha sido suprimida alguma obrigação da contratada do rol proposto na Cláusula Nona, deve-se suprimir a penalidade de multa correlata. Da mesma forma, caso tenha sido incluída obrigação nova, de acordo com a especificidade do objeto contratual, ter o cuidado de prever a sanção de multa correspondente.

I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual ou total do **CONTRATO**, observado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);

II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XIX da **CLÁUSULA NONA**.

III. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal do **CONTRATO** ou sobre o valor da entrega/remessa inadimplida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso I e II da **CLÁUSULA NONA** quando a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;

IV. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da parcela/remessa ou sobre o valor mensal da entrega, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso V da **CLÁUSULA NONA**;

V. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela ou sobre o valor mensal da entrega, quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso VII da **CLÁUSULA NONA**;

VI. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso VIII da **CLÁUSULA NONA**;

VII. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XV da **CLÁUSULA NONA** e não sanar a pendência no prazo estipulado;

VIII. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal/parcela do **CONTRATO**, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir as obrigações previstas nos incisos XVI e XVII da **CLÁUSULA NONA**;

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

IX. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor da parcela mensal do **CONTRATO** ou da primeira entrega/remessa, a ser aplicada quando a **CONTRATADA** descumprir a obrigação prevista no inciso XII da **CLÁUSULA NONA**;

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no **PARÁGRAFO QUINTO** poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Tocantins, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do **CONTRATO**, prevista na alínea "c" do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Tocantins pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, decorrentes do mesmo **CONTRATO** ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, a processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste contrato poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Federal nº 12.846, de 2013.



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste **CONTRATO** ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção, comunicar à Secretaria de Administração a sanção aplicada, para fins de inclusão da **CONTRATADA** no E-FORNECEDOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA:** (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA**, no desempenho das atividades objeto deste **CONTRATO**, compromete-se perante a **CONTRATANTE** a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da **CONTRATADA**, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a **CONTRATADA** se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A **CONTRATADA** se obriga a notificar a **CONTRATANTE**, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste **CONTRATO**, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais e nas normas e princípios gerais dos contratos.

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

50



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como, o extrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Enquadram-se como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, entre outros aptos à consensualidade, negociação direta, a mediação, a conciliação, o dispute board e a arbitragem, incumbindo à Procuradoria-Geral do Estado o necessário assessoramento jurídico para viabilização e implementação de técnicas de resolução administrativa de controvérsias, evitando a judicialização com base em avaliação do risco jurídico imposto ao Estado em cada caso concreto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Tocantins para dirimir os litígios decorrentes deste **CONTRATO** que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haver entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Palmas, aos de de 2026.

.....
PELO CONTRATANTE

.....
PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ANEXO III

MINUTA DA ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90032/2026
PROCESSO Nº 2026/23000/001532

A SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO da SECRETARIA DA FAZENDA, com base no Decreto nº 6.606/2023 do Governador do Estado do Tocantins, torna público para conhecimento dos interessados, a Ata de Registro de Preços, do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 90032/2026, da Secretaria da Administração, do tipo MENOR PREÇO, realizada por intermédio do site www.gov.br/compras/pt-br, para a empresa abaixo relacionada e classificada no certame, em conformidade com as descrições constantes em sua Proposta de Preços e exigidas no edital, anexos aos autos:

Empresas:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

VALOR TOTAL DA ATA: R\$

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Prazo de vigência da ata de registro de preços

- a) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação, e poderá ser prorrogado por igual período, renovando-se os quantitativos registrados, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.
- b) A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada nos moldes da Instrução Normativa nº 008/2023/GASEC/SEFAZ.

1.2 Da revisão

- a) Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal no 14.133/2021, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

1.3. Do local e prazo de entrega

- a) Os materiais deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações da proposta, de acordo com o prazo de entrega estipulado neste edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.
- b) Para a cota **destinada a SECAD**, a entrega e instalação deverão ocorrer nos novos Prontos (Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão), constantes no Quadro de Quantidades Estimadas – ANEXO IV – A, por região no Estado do Tocantins, sendo elas: Bico do Papagaio, Meio Norte, Sudeste e Central, conforme Portaria SEPLAN Nº 91/GASEC de 18 de outubro de 2024, Diário Oficial Nº 6682, conforme for sucedendo a abertura de novas unidades de atendimento, no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, que começará a contar a partir da data da entrega da nota de empenho.
- c) Para a cota destinada à **Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO)**, a entrega e instalação deverão ocorrer no Quartel do Comando Geral da PMTO, situado na Quadra AE 304 Sul, Avenida LO 5, Lote 02, Plano Diretor Sul, CEP: 77.021-022, Palmas – TO. O horário de recebimento é de segunda a quinta-feira, das 07h às 13h, e sexta-feira das 08h às 12h.



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

d) Para a cota destinada à **Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO)**, a entrega dos bens deverá ser realizada no Almoarifado da SSP/TO, localizado na Quadra 112 Sul, Rua SR 03, conjunto 07, Lote 12, Plano Diretor Sul, CEP 77.020-172, em Palmas/TO. O recebimento ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 14h. Telefone (63) 3901-7425

1.4. Condições para Contratação:

- a) O Proponente vencedor e registrado, quando convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias para retirar a Nota de empenho, e/ou assinar o Termo Contratual, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período e em uma vez, desde que ocorra motivo justificado.
- b) O prazo de vigência da contratação será o definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza da contratação.
- c) O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- d) As aquisições ou contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.
- e) O total de utilização de cada item não pode exceder ao dobro do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.
- f) Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme Art. 271 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.
- g) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.

1.5. Condições de Pagamentos:

O pagamento será realizado no prazo estipulado no Termo de Referência, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, à vista de termo de recebimento definitivo dos bens acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação da fatura e da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pelo fiscal do **CONTRATO**.

O contratado deverá emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em estrita observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações, para fins de liquidação de despesa.

1.6. Das Assinaturas:

Assinam a presente Ata de Registro de Preços, **as empresas abaixo descritas**, através de seus representantes credenciados no certame, juntamente com os demais responsáveis e os consignatários abaixo elencados:

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA
Superintendente de Compras e Central de Licitações
Secretaria da Fazenda
Portaria/SEFAZ Nº 252/2026 – DOE 7.024

Empresas:

 ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de material permanente (mobiliário geral) para atender as novas Unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão – Pronto da SECAD, bem como atender à reestruturação, modernização e adequação dos ambientes administrativos, operacionais e de ensino da Polícia Militar do Estado do Tocantins (QCG e 32 Unidades Policiais Militares), da Polícia Civil e da Escola Superior de Polícia (ESPOL/SSI/SSPTO), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

1.2. **Das especificações e quantitativos:**

Quadro 1 – Quantidades estimadas

	ITEM	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Código SIGA	QTD	UND	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO – R\$	VALOR TOTAL – R\$
GRUPO 01	1	SEM BENEFÍCIO	30998	Armário alto – Medida: 800 x 1600 x 465 mm (L x A x P)	UN	1280		
	2		31064	Armário arquivo para pasta suspensa Medida: 470 x 1410 x 450 mm (L x A x P)	UN	42		
	3		30197	Armário baixo – Medida: 800 x 740 x 465 mm (L x A x P)	UN	1232		
	4		30812	Armário médio – Medida: 800 x 1100 x 500 mm (L x A x P)	UN	91		
	5		40226	Divisória para mesa 1100 x 300 x 18 mm (L x A x E)	UN	45		
	6		31026	Mesa angular – Medida: 1200/600 x 1200/600 x 740 mm	UN	817		
	7		31029	Mesa angular – Medida: 1400/600 x 1400/600 x 740 mm;	UN	274		
	8		31038	Mesa com credenza – Medida: 1800 x 740 x 600 mm (L x A x P)	UN	67		
	9		31065	Gaveteiro suspenso – Medida: 400 x 300 x 400 mm (L x A x P)	UN	1464		
	10		31066	Gaveteiro volante/móvel – Medida: 400 x 740 x 600 mm (L x A x P)	UN	378		
	11		31046	Mesa de trabalho – Formato: retangular; Medida: 1200 x 740 x 600 mm (L x A x P)	UN	748		
	12		31025	Mesa para reunião – Medida: 1000 x 740 mm (D x A); Formato: redonda	UN	187		
	13		31022	Mesa para reunião – Medida: 1600 x 740 x 900 mm (L x A x P)	UN	193		

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

54



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

	14		40260	Mesa plataforma – Tipo: dupla; Medida: 1200 x 740 x 1200 mm (L x A x P)	UN	87		
	15		40003	Mesa trapezoidal – Tampo: em MDF, medindo 1200 x 600 x 25 mm (L x P x E)	UN	41		
	16		32483	Balcão de atendimento – Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1000 x 740 x 25 mm (L x P x E)	UN	64		
	17		32489	Balcão de atendimento – Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1200 x 800 x 25 mm (L x P x E)	UN	228		
	18		40002	Balcão de atendimento – Tipo: recepção; Tampo superior: em MDF, medindo 1600mm	UN	13		
	19		40000	Balcão modular angular – Tipo: recepção; Tampo superior: em MDF, medindo 1600/400 x 1600/400 x 25 mm (L x P x E)	UN	36		
GRUPO 02	20	SEM BENEFÍCIO	61835	Cadeira concha - Modelo: com apoio de braços; Estrutura: em aço tubular; Assento e encosto: em polipropileno	UN	122		
	21		61839	Cadeira fixa sem braço	UN	4078		
	22		26842	Cadeira giratória com braço – Modelo: espaldar alto	UN	135		
	23		61841	Cadeira giratória com braço – Modelo: espaldar médio	UN	2706		
	24		31063	Sofá com braço – Quantidade de assentos: 3	UN	384		
GRUPO 03	25	SEM BENEFÍCIO	31089	Módulo de sofá – Tipo: central, medindo 740 x 450 x 210 mm (L x A x E).	UN	38		
	26		31090	Módulo de sofá – Tipo: de canto; medindo 740 x 450 x 160 mm (L x A x E).	UN	19		
ITENS	27	Participação Aberta, vinculado ao Item Nº 28	58598	Escada – Categoria: articulada	UN	108		
	28	Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 27 (Cota Reservada)	58598	Escada – Categoria: articulada	UN	35		





Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

29	Participação Aberta, vinculado ao Item Nº 30	31125	Lixeira permanente aço inoxidável 100 L	UN	1.129		
30	Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 29 (Cota Reservada)	31125	Lixeira permanente aço inoxidável 100 L	UN	57		
31	Participação Aberta, vinculado ao Item Nº 32	28130	Armário para cozinha – Modelo: aéreo	UN	107		
32	Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 31 (Cota Reservada)	28130	Armário para cozinha – Modelo: aéreo	UN	35		
33	EXCLUSIVO ME/EPP	31130	Cesto para lixo mdf	UN	250		
TOTAL GERAL – R\$.....							

- 1.3. Para as demandas da SECAD, os novos Prontos constantes no Quadro – Quantidades Estimadas - ANEXO IV-A, serão instalados por região no Estado do Tocantins, que são: Bico do Papagaio, Meio Norte, Sudeste e Central, conforme Portaria SEPLAN Nº 91/GASEC de 18 de outubro de 2024, Diário Oficial Nº 6682. Ficando a futura contratada ciente dos termos e que as aquisições serão feitas mediante conveniência da Administração.
- 1.4. Certificamos que em atendimento ao art. 20, da Lei nº 14.133/2021 e, ao art. 2º, do Decreto Estadual nº 6.548/2022, os bens adquiridos se enquadram como de uso comum, pois os padrões de qualidades podem ser facilmente atendidos por empresas do ramo desta contratação.
- 1.5. Com efeito do art. 84, da Lei 14.133/2021 e do art. 262, do Decreto nº 6.606/2023, a duração da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 1.6. Conforme consta no parágrafo único do artigo citado anteriormente, o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.7. Deve-se destacar que a aquisição pretendida não possui natureza continuada, sendo realizada de forma isolada, considerando que não possui frequência certa, e que será executada conforme planejamento do Órgão.
- 1.8. No ANEXO IV-B deste Termo constará a descrição detalhada dos materiais.
- 1.9. **Órgãos Participantes:**
- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 - POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS

2. DA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO

- 2.1. A aquisição terá como parâmetro os princípios que regem a Administração Pública e as normativas vigentes para as contratações públicas em geral, subsidiada pela Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às específicas.
- 2.2. Decreto Estadual nº 6.606/2023, que regulamenta no âmbito da administração pública Estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Tocantins, a Lei Federal 14.133, de 1 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação.
- 2.3. Decreto nº 7.089, de 30 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Poder Executivo para o exercício de 2026, e adota outras providências.
- 2.4. Legislação correlata e demais exigências previstas no Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

- 3.1. O Governo do Estado do Tocantins, com o intuito de canalizar esforços nas suas atividades fins, vem adotando políticas de gestão administrativa que visam a agilidade e desburocratização do processo administrativo, maior controle e melhor qualidade dos serviços, com emprego de mão de obra especializada, aperfeiçoando as ações que visam ao atendimento com qualidade ao cidadão.
- 3.2. A Secretaria da Administração, diante das novas perspectivas estratégicas para os próximos anos, tem reunido esforços para estabelecer uma estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível, para a prestação dos serviços nos novos Prontos de Atendimento ao Cidadão que estão sendo instalados no Estado.
- 3.3. Nesse sentido, tem-se buscado internalizar novas práticas de trabalho aliadas à rapidez e à tecnologia, principalmente por meio da aquisição de instrumentos que auxiliem seus colaboradores a trabalharem com mais eficácia, possuindo como resultado a satisfação dos servidores e do cidadão.
- 3.4. Dentro desse escopo, como forma de proporcionar um ambiente de trabalho mais ergonômico, polido e dentro das normas de segurança do trabalho, detectou-se a necessidade de aquisição de mobiliários que atendam às exigências legais vigentes.
- 3.5. Considerando as diretrizes estratégicas do Governo do Estado do Tocantins quanto à implantação e ampliação de novas Unidades de Atendimento PRONTOS, torna-se imprescindível a aquisição de mobiliário adequado para a composição de uma estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível, capaz de atender às necessidades operacionais e assistenciais dessas unidades.
- 3.6. A contratação justifica-se em razão da expansão da rede PRONTOS, que demanda mobiliário compatível com as atividades desenvolvidas em cada ambiente funcional, observando critérios técnicos de funcionalidade, ergonomia, segurança, durabilidade e facilidade de manutenção, de modo a assegurar a eficiência dos serviços prestados à população.
- 3.7. O dimensionamento e a especificação dos itens foram elaborados com base em layout-padrão, tomando como referência as unidades já em funcionamento nos municípios de Gurupi, Porto Nacional e Araguaína, com vistas à padronização dos ambientes, à otimização dos espaços físicos e à racionalização dos recursos públicos. Essa padronização favorece a uniformidade visual e funcional das unidades, além de facilitar os processos de gestão patrimonial, reposição e manutenção dos bens.
- 3.8. Outrossim, é importante mencionar o art. 2º, da Lei nº 4.228, de 12 de setembro de 2023, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual:
- Art. 2º. É criado o Serviço de Atendimento ao Cidadão - PRONTO, vinculado à Secretaria da Administração, com o objetivo de:**
- I – modernizar a máquina administrativa, ampliando o acesso do cidadão às informações e aos serviços públicos;
- II – concentrar em um único espaço físico a prestação de diversos serviços públicos;
- III – prestar atendimento ao cidadão com qualidade e conforto, de forma rápida e eficiente.
- Parágrafo único: Conforme o caso, ato do Chefe do Poder Executivo:
- I - regulamentará o disposto nesta Lei;
- II - instituirá as unidades de atendimento do PRONTO.
- 3.9. Ressalta-se que o mobiliário a ser adquirido deverá atender às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente as NBR 13962, 9050 e 16964, bem como às diretrizes de acessibilidade previstas na legislação vigente, observando, ainda, os princípios de ergonomia e de segurança do trabalho, garantindo ambientes adequados, seguros e inclusivos para usuários e servidores.
- 3.10. Por fim, justifica-se pelo disposto no DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº 19/2026/GEMAP/SECAD (SGD Nº 2026/23009/004066), que solicita autorização da autuação do processo administrativo com o objetivo de demonstrar a real necessidade e a viabilidade técnica, visando a prestação de serviços.
- 3.11. No âmbito da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), a contratação fundamenta-se na necessidade de reestruturação do Quartel do Comando-Geral e de 32 Unidades Policiais Militares (UPMs). A aquisição promoverá a ampliação e adequação dos espaços físicos, a padronização estética e técnica dos ambientes institucionais e a reposição de itens obsoletos, assegurando condições operacionais e administrativas adequadas para o efetivo.
- 3.12. Para a Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO), a aquisição visa suprir deficiências estruturais e atender à expansão e modernização das atividades da Polícia Civil, da Escola Superior de Polícia (ESPOL) e das unidades da PMTO que compõem sua demanda. A medida é essencial para garantir a organização, conforto, durabilidade e eficiência no uso do espaço, além de cumprir rigorosamente as normas técnicas vigentes de ergonomia e acessibilidade (NBR 13962, 9050 e 16964), valorizando os servidores e aprimorando o atendimento ao cidadão.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1. A solução como um todo consiste na aquisição de material permanente (mobiliário geral) destinado à estruturação física e funcional das novas Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão – PRONTO, a serem implantadas no Estado do

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

Tocantins, bem como atender à reestruturação, modernização e adequação dos ambientes administrativos, operacionais e de ensino da Polícia Militar do Estado do Tocantins (QCG e 32 Unidades Policiais Militares), da Polícia Civil e da Escola Superior de Polícia (ESPOL/SSI/SSPTO).

4.2. Os produtos a serem adquiridos são classificados como comum, pois os padrões de qualidades podem ser facilmente atendidos por empresas do ramo desta contratação. Deve-se destacar que a aquisição pretendida não possui natureza continuada, sendo realizada de forma isolada, considerando que não possui frequência certa, e que será executada conforme planejamento do órgão.

4.3. Os itens deverão atender às normas técnicas da ABNT, especialmente no que se refere à ergonomia, acessibilidade, resistência e segurança, bem como às diretrizes institucionais de padronização visual e funcional das Unidades PRONTO.

4.4. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.5. A contratação abrangerá, ainda, o fornecimento, transporte, entrega e, quando aplicável, a montagem e instalação do mobiliário nas unidades indicadas pela Administração, assegurando condições adequadas para o pleno funcionamento dos serviços de atendimento ao cidadão.

4.6. O pregão é definido no art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021, como a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

4.7. O Sistema de Registro de Preços será adotado nos moldes, do art. 252, do Decreto nº 6.606/2023, processado por meio do Pregão Eletrônico.

4.8. Conforme consta no art. 252, do Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Estadual, direta, autárquica e fundacional, o sistema de registro de preços pode ser adotado quando:

I – pelas características da obra, bem ou serviço, houver necessidade permanente ou frequente de contratações;

II – for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; (grifo nosso)

III – for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços comuns ou de engenharia ou obras para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV – pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelos órgãos da Administração Pública.

4.9. A aquisição dos mobiliários exige uma análise cuidadosa de diversos fatores para garantir que a solução atenda às necessidades específicas do espaço e do usuário. Com isso, foi realizada um planejamento da aquisição, visando o melhor aproveitamento da compra retro.

4.10. Considerando todo o ciclo de vida do objeto em comento, este Termo estipula uma garantia mínima contra defeitos de fabricação, resguardando, assim, a aquisição contra possíveis problemas advindos do processo de produção.

4.11. O critério de julgamento das propostas adotado para a presente licitação é o de **MENOR PREÇO POR GRUPO E MENOR PREÇO POR ITENS**, observadas as disposições dos Inc. XLI, do art. 6º, e Inc. I, do art. 33, da Lei nº 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

5.2. A contratação deverá ser efetivada com empresa devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões exigidos neste instrumento.

5.3. Montagem e instalação dos móveis

5.4. A contratação deverá contemplar, além do fornecimento dos mobiliários, a **montagem, instalação e posicionamento final** de todos os itens nos ambientes designados pela Administração.

5.5. A empresa contratada será integralmente responsável por:

- Realizar a entrega, montagem e instalação dos mobiliários nos locais indicados, em conformidade com o layout, projeto arquitetônico ou orientações da fiscalização;
- Garantir que todos os móveis sejam montados de acordo com as especificações do fabricante, observando critérios de segurança, estabilidade, ergonomia e funcionalidade;
- Executar os serviços com mão de obra qualificada e utilizando ferramentas adequadas;
- Efetuar os ajustes necessários após a montagem, assegurando o perfeito funcionamento dos itens;
- Remover e dar destinação adequada às embalagens, resíduos e sobras de materiais, mantendo o local limpo e organizado;

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

58

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

f) Reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados às instalações físicas durante a execução dos serviços.

5.5.1. Sustentabilidade:

5.5.1.1. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas da Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

5.5.1.2. Economia de energia;

5.5.1.3. Economia em materiais plásticos descartáveis;

5.5.1.4. Economia de água; e

5.5.1.5. Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente e os inerentes ao manuseio e operacionalização da montagem dos mobiliários, dentre outros semelhantes.

5.6. A licitação sustentável é uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana e ao meio ambiente

5.7. A licitação sustentável permite o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

5.8. Subcontratação:

5.8.1. Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução do objeto deste Termo.

5.8.2. O objeto envolve fornecimento, montagem e instalação de mobiliário padronizado, que exige integração entre fabricação, logística, montagem e ajuste final, sendo essencial que todos os serviços sejam executados sob responsabilidade direta da contratada.

5.8.3. A subcontratação poderia comprometer o **controle da qualidade**, a rastreabilidade dos materiais, a padronização estética e funcional dos móveis e o atendimento às especificações técnicas;

5.8.4. A execução por múltiplos agentes dificulta a **gestão, fiscalização e responsabilização contratual**, aumentando o risco de falhas, atrasos e conflitos de atribuições.

5.8.5. A vedação visa assegurar que a empresa vencedora detenha capacidade técnica e operacional própria para executar integralmente o objeto contratado.

5.9. Da participação de consórcios:

5.9.1. No presente processo é vedada a participação de empresas em consórcio.

5.9.2. A vedação da participação de consórcios é justificada pela baixa complexidade do objeto deste processo licitatório, garantindo propostas mais diretas e adequadas às especificações do edital, o que favorece a execução eficiente do contrato e atende melhor aos interesses públicos.

5.9.3. Essa medida visa promover o princípio da competitividade, permitindo que um maior número de empresas participe do certame, objetivando alcançar uma maior transparência e vantajosidade nos resultados desejados pela Administração Pública.

5.10. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/21):

5.10.1. Na presente contratação não se aplica a indicação de marcas, características ou modelos, para evitar a restrição na concorrência entre os licitantes.

5.11. Da exigência de amostra: CATÁLOGO E/OU DESENHO ILUSTRATIVO:

5.11.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo e/ou desenho ilustrativo (ou documento equivalente previamente aprovado pela SECAD) dos itens ofertados, juntamente com a proposta de preços readequada ao lance final vencedor, após o encerramento da fase competitiva e quando solicitado pelo órgão responsável pela condução do certame.

5.11.2. Após análise, o setor responsável emitirá um documento validando os produtos registrados no documento, certificando que estão compatíveis com este Termo de Referência.

5.11.3. A solicitação de catálogo e/ou desenho ilustrativo se justifica tendo em vista as especificações, detalhamentos e a padronização completa empregada nos Prontos, uma vez que permite verificar, antecipadamente, inconsistências com o proposto neste Termo.

5.11.4. Será analisado nos termos do artigo 59, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, a verificação da conformidade de cada proposta, com os requisitos do edital, e promover a desclassificação das propostas incompatíveis.

5.11.5. Se o catálogo e/ou desenho ilustrativo não for suficiente para aferir a especificação do objeto descrito na proposta, poderá, a critério do representante da área técnica, ser exigida a amostra do item para verificação das especificações e demais exigências contidas neste Termo de Referência.

5.11.6. Quando solicitada a amostra o licitante deverá apresentá-la no prazo improrrogável de **10 (dez) dias úteis**, contados da solicitação, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções cabíveis.

5.11.7. A apresentação da amostra é de inteira responsabilidade da licitante provisoriamente vencedora, sem qualquer ônus para a Secretaria da Administração, independente da aprovação ou reprovação do material.

5.11.8. A entrega poderá ser acompanhada por representante da licitante, o qual se responsabilizará pela retirada e descarte de eventuais materiais inservíveis resultantes, tais como embalagens, protetores, vidros quebrados, etc.

5.11.9. O material de amostra deverá ser entregue no Almoxarifado Central da Secretaria da Administração, localizado na

59

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

quadra 412 sul, Av. NS – 10, Plano Diretor Sul, CEP: 77.021-090, Palmas-TO (ao lado do Atacadão) em dias úteis, das 08h às 14h, sem ônus adicionais.

5.11.10. Na análise da amostra será considerado como o atendimento às especificações, à qualidade do material e dos acabamentos e a adequação da solução proposta com as descrições de cada item constante neste Termo de Referência.

5.11.11. De acordo com os critérios/especificações, as amostras podem ser “aprovadas” ou “reprovadas”;

5.11.12. A reprovação da amostra ou a não apresentação no prazo estipulado no presente Termo de Referência, desclassifica a licitante provisoriamente vencedora.

5.11.13. Em caso de reprovação, observados os princípios da publicidade dos atos, da transparência, do contraditório e da ampla defesa, deverá ser convocado a licitante remanescente, observada a ordem de classificação.

5.11.14. A amostra apresentada não será computada para fins contratuais, devendo a licitante efetuar sua retirada até 05 (cinco) dias ÚTEIS após a homologação do certame.

5.11.15. O licitante deverá apresentar comprovação de que os produtos ofertados estão em conformidade com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em sua versão atualizada, conforme descritas abaixo.

5.11.15.1. NBR 13.961– Móveis para escritórios – Armários – especifica as características físicas e dimensionais dos armários para escritórios, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade;

5.11.15.2. NBR 13.962 – Móveis para escritório – Cadeiras – Requisitos e métodos de ensaio - especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, da resistência e da durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material, excluindo-se longarinas e poltronas de auditório e cinema;

5.11.15.3. NBR 13.964 - Móveis para escritório - Divisória tipo painel -especifica as características físicas e dimensionais e classifica as divisórias tipo painel para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade e resistência de divisórias tipo painel para escritório.

5.11.15.4. NBR 13.966 – Móveis para escritório – Mesas – Classificação e características físicas e dimensionais - especifica as dimensões de mesas de escritório de uso geral, inclusive mesas de reuniões, os requisitos mecânicos, de segurança e ergonômicos para mesas de escritório, bem como define os métodos de ensaio para o atendimento destes requisitos.

5.11.15.5. NBR 15.878 – Assento para espectadores - norma que especifica os métodos de ensaio e os requisitos que determinam a resistência e a durabilidade estrutural de todos os tipos de assentos para espectadores, que são fixados ao piso e/ou paredes de forma permanente, seja na forma de bancos ou cadeiras simples;

5.11.15.6. NBR 15.164 – Móveis estofados - Norma que especifica as características físico-mecânicas de materiais para sofás, bem como estabelece os métodos para determinação de estabilidade, resistência e durabilidade, independentemente de seu desenho, materiais utilizados e processo de fabricação;

5.11.15.7. NBR 16.031 – Móveis – Assentos Múltiplos - Norma que estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade;

5.11.16. As comprovações de conformidade mencionadas no item anterior, tais como **laudos técnicos, certificados ou documentos equivalentes emitidos por organismos competentes**, serão exigidas **exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**, no momento da **análise do catálogo e/ou da amostra**, quando solicitado pela Administração.

5.11.17. A documentação deverá ser apresentada no prazo estabelecido pelo pregoeiro, juntamente com os demais documentos eventualmente solicitados para fins de verificação da conformidade dos produtos ofertados com as especificações constantes no Termo de Referência.

5.12. A comprovação solicitada é necessária tendo em vista que, para a aquisição do objeto em epígrafe, as Normas são leis utilizadas para padronizar, e indicam um padrão de qualidade. Seguir as normas de publicação da ABNT é importante para não existirem conflitos e a padronização ajuda ainda na comparação de pesquisas relacionadas a um mesmo assunto.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.2. Início da execução do contrato se dará a partir da assinatura.

6.3. Os produtos, objeto dos autos, deverão ser entregues de acordo com a necessidade do Órgão, no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, que começará a contar a partir da data da entrega da Nota de Empenho, devendo ser efetuada no horário de expediente do Executivo Estadual, das 08h:00m às 14h:00m, previamente agendado com a equipe responsável pelo o seu recebimento.

6.4. Para a **cota da SECAD**: A entrega dos produtos/itens poderá ocorrer nas regiões Bico do Papagaio, Meio Norte, Sudeste e Central do Estado do Tocantins conforme for sucedendo a abertura de novas Unidades de Atendimento ao Cidadão – Pronto.

6.5. Para a cota destinada à **Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO)**, a entrega e instalação deverão ocorrer no Quartel do Comando Geral da PMTO, situado na Quadra AE 304 Sul, Avenida LO 5, Lote 02, Plano Diretor Sul, CEP: 77.021-022, Palmas – TO. O horário de recebimento é de segunda a quinta-feira, das 07h às 13h, e sexta-feira das 08h às 12h.

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

- 6.6. Para a cota destinada à **Secretaria da Segurança Pública (SSP/TO)**, a entrega dos bens deverá ser realizada no Almoxarifado da SSP/TO, localizado na Quadra 112 Sul, Rua SR 03, conjunto 07, Lote 12, Plano Diretor Sul, CEP 77.020-172, em Palmas/TO. O recebimento ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 14h. Telefone (63) 3901-7425.
- 6.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para o término do prazo para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.
- 6.8. O não cumprimento do prazo supracitado acarretará a aplicação das sanções previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.9. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.10. Os objetos poderão ser rejeitados, parcial e/ou integralmente, quando estes estiverem em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, bem como na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, e as despesas decorrentes de tal evento ficarão única e exclusivamente às custas da empresa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.11. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.12. Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 6.14. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes acompanhados da respectiva nota fiscal.
- 6.15. Os materiais a serem entregues obedecerão rigorosamente:
- As normas e especificações constantes no Termo de Referência;
 - As normas da ABNT;
 - As prescrições e recomendações dos fabricantes;
 - As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
 - As normas da Contratante;
 - A Lei 14.133, de 1 de abril de 2021;
 - As disposições governamentais legais (pertinentes);
 - Demais condições e/ou exigências contidas no Edital e seus Anexos.

Garantia do Objeto:

- 6.16. Os itens deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, contados a partir da data do recebimento definitivo, conforme a categoria do bem:
- 6.16.1. **Categoria A – Itens estruturais de uso contínuo**, tais como mesas, armários, cadeiras, balcões e sofás: garantia mínima de **05 (cinco) anos**, considerando sua natureza estrutural e uso permanente no ambiente administrativo.
- 6.16.2. **Categoria B – Itens acessórios ou de menor complexidade construtiva**, conforme especificado no Anexo I deste Termo de Referência: garantia mínima de **12 (doze) meses**.
- 6.17. A responsabilidade e os custos da(s) garantia(s) exigida(s) recairão inteira e exclusivamente sobre o fornecedor do(s) produto(s), exceto se o fabricante, comprovadamente, assumir o referido ônus.
- 6.18. Durante o prazo de garantia, os equipamentos que apresentarem vícios insanáveis ou que não comportarem conserto deverão ser substituídos.
- 6.19. Quando acionada a prestar assistência em virtude da garantia dos produtos, a contratada terá 10 (dez) dias corridos, após notificação, para buscar o objeto para reparo e, 20 (vinte) dias corridos para devolvê-lo recuperado ou substituído por outro com mesma especificação.
- 6.20. A contratada oferecerá assistência técnica permanente e gratuita, durante a garantia do objeto, e ficará obrigada a substituir os produtos que vierem a apresentar defeitos de fábrica.
- 6.21. Todos os serviços de garantia deverão ser realizados por pessoal qualificado, observando rigorosamente o estabelecido em legislação e nas normas técnicas da ABNT.

7. MODELO DE GESTÃO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Deverá ser priorizado o correio eletrônico como meio oficial de comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE. Para tal fim, deverá ser disponibilizado o e-mail profissional da empresa, bem como números telefônicos fixo e móvel para contato direto com o representante legal da empresa.

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

61

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

7.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Gestão e Fiscalização

7.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para a aquisição pleiteada. Essas atividades serão realizadas considerando as definições dos incisos I, II, III, IV e parágrafo único, do art. 26, do Decreto nº 6.606/2023.

7.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 7 e 117 da Lei 14.133/2021.

7.6. A verificação da adequação do fornecimento dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e § 2º, do art. 117, da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, vejamos:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, bem como a falta de recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS, ensejará na aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente.

7.9. A CONTRATANTE, através de fiscal de contrato a ser designado, deverá comunicar a empresa CONTRATADA acerca de situação ou fato que venham a prejudicar a execução dos serviços, determinando as providências que entender necessárias à sua solução.

7.10. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA das responsabilidades pela entrega dos produtos.

7.11. O fiscal deverá atestar as Notas Fiscais como condição para o pagamento.

Gestor do Contrato

7.12. Coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

INDICAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DO CONTRATO - SECAD	
FISCAL	
TITULAR	NOME: Jucélia Lacerda de Oliveira Cerqueira
SUPLENTE	NOME: Lucas Capotele Simão
GESTOR	
TITULAR	NOME: Cleomar Arruda Silva
SUPLENTE	NOME: Elissa Moara Loureiro Ribeiro

INDICAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DO CONTRATO – PM/ TO	
FISCAL	
TITULAR	NOME: Mariana Macêdo Guimarães Aguiar
SUPLENTE	NOME: Gabriella Martins Pacheco
GESTOR	
TITULAR	NOME: Valdeci Silva Rei
SUPLENTE	NOME: Philipe Lira de Carvalho

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

INDICAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DO CONTRATO – SSP/TO	
FISCAL	
TITULAR	NOME: Gabriella Martins Pacheco
SUPLENTE	NOME: Elivânia Oliveira Dias
GESTOR	
TITULAR	NOME: Valdeci Silva Reis
SUPLENTE	NOME: Heloisa Helena Freire Godinho

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.
- 8.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela empresa contratada, dentro do prazo de vigência, não apresentando nenhuma rasura, erros ou emendas, obedecendo as especificações descritas nas Notas de Empenho, mencionando em seu campo de descrição o nº do Contrato, da Nota de Empenho, da agência e da conta corrente para recebimento dos créditos financeiros relativos ao objeto deste Termo.
- 8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 8.4. A Administração deverá realizar consulta junto aos sistemas oficiais para:
- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla DEFESA.

PAGAMENTO

- 8.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, por depósito bancário na conta corrente da contratada, contados a partir do aceite definitivo do produto.
- 8.8. Não será admitida a emissão de boletos, duplicatas ou outro instrumento de cobrança em nome da secretaria da administração, considerando que a administração pública adota nota de empenho como forma de pagamento.

9. REAJUSTE

- 9.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contados da data de elaboração do orçamento estimado.
- 9.2. No caso de solicitação de reajuste, após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- 9.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do contratado, acompanhada de memorial do cálculo, conforme for a variação de custos, objeto do reajuste.
- 9.4. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.
- 9.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. Conforme consta no art. 40, inciso V, alínea a e b, da Lei 14.133/2021, O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

Art. 40.

V - Atendimento aos princípios:

- da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

| (...)

- 10.2. Já no parágrafo 1º, do art. 82 da referida Lei, diz: O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
- 10.3. Pois bem, fora avaliado que o parcelamento total do objeto por itens não seria a alternativa mais adequada para a solução da contratação/aquisição em tela, em função dos seguintes motivos:
- 10.4. O não parcelamento, por itens, do objeto licitado, é devido à padronização estética, técnica ou de desempenho dos mobiliários dos Prontos de Atendimento. Caso exista fornecedores diferentes, a probabilidade de perder a padronização é grande.
- 10.5. Vale destacar a flexibilidade de alteração do mobiliário sem a necessidade de alteração da estrutura da Unidade, tendo em vista critérios e parâmetros técnicos arquitetônico utilizados para a escolha dos itens.
- 10.6. Outro fator a considerar é o pós licitação. Não são raros os casos de a Administração, licitado o item e assinada a ata de registro de preços, solicitar a entrega de materiais em volume e valores que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo a recusa em entregar, o que pode ser verificado mediante diversos pedidos de liberação de fornecimento e mesmo por meio da instauração de processos sancionadores, que acabam por aumentar, sobremaneira, o custo administrativo vinculado à aquisição dos bens. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais com a adoção das medidas sancionatórias.
- 10.7. Ressalta-se que a formação dos grupos baseou-se na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.
- 10.8. Por fim, verifica-se que as justificativas aqui apresentadas, demonstram satisfatoriamente as motivações para o agrupamento dos itens, quais sejam: a) compatibilidade técnica dos itens agrupados; b) ampliação do número de interessados na licitação; c) aquisição mais vantajosa pelo menor preço; e d) redução de problemas advindos na fase de contratação (entregas frustradas, instauração de processos sancionadores etc.).
- 10.9. Além disso, considerando o objeto a ser licitado, o certame em comento também prevê a adjudicação por itens, atendendo assim a premissa da ampla competição entre empresas do ramo, objetivando uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública.
- 10.10. Sendo assim, o objeto da licitação será dividido em grupos e itens. Para fins de classificação, será considerado o **menor preço por grupo de itens para os Grupos 01,02 e 03 e menor preço por item para os itens 27, 28, 29,30, 31, 32 e 33.**

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **Pregão** na sua forma Eletrônica nos termos do art. 28, Inciso I da Lei nº 14.133/2021, subsidiariamente, de outras normas aplicáveis ao objeto deste termo.
- 11.2. Os Fornecedores deverão cadastrar suas propostas no prazo e condições definidas no instrumento convocatório.
- 11.3. As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.
- 11.4. As regras de desempate entre propostas são aquelas discriminadas no Edital.
- 11.5. **Exigências de habilitação:**
- 11.5.1. Para fins de habilitação e aferição da qualidade técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 11.6. **Habilitação Jurídica:** A comprovação da habilitação jurídica em licitações é um requisito fundamental para garantir a legitimidade e a transparência dos processos de contratação pública. Essa exigência visa assegurar que apenas empresas e/ou pessoas jurídicas legalmente constituídas e com capacidade para exercer atividades comerciais possam participar das disputas por contratos com o poder público.
- 11.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 11.7.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.7.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.7.3. **Microempreendedor Individual – MEI:** certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.7.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

64

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

- 11.7.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 11.7.6. Licença/alvará estadual/municipal, conforme determina a legislação vigente.
- 11.8. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:** A comprovação da habilitação fiscal, social e trabalhista em processos licitatórios é um requisito fundamental para garantir a idoneidade das empresas que participam da disputa por contratos com o poder público. Essa exigência visa assegurar que apenas empresas que estejam em dia com suas obrigações para com o Estado e com seus funcionários possam participar das licitações.
- 11.9. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 11.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.9.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.9.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.9.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 11.9.10. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
- 11.10. **Qualificação Econômico-Financeira:** A comprovação da qualificação econômico-financeira em processos licitatórios é um requisito fundamental para garantir que as empresas participantes tenham a capacidade financeira necessária para executar o contrato de forma adequada. Essa exigência visa proteger o interesse público, assegurando que a aquisição, obra ou serviço contratado seja entregue conforme o previsto e dentro do prazo.
- 11.11. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 11.11.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 11.11.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º);
- 11.11.3. O balanço patrimonial limitar-se-á ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 11.11.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 11.12. **Qualificação Técnica:** A comprovação da qualificação técnica em processos licitatórios é um requisito fundamental para garantir que as empresas participantes possuam a expertise e os recursos necessários para executar o objeto da contratação de forma eficiente e eficaz. Essa exigência visa proteger o interesse público, assegurando que a obra ou serviço contratado seja entregue com qualidade e dentro do prazo.
- 11.12.1. O licitante deverá apresentar documentação relativa à qualificação técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar que o licitante forneceu objetos e/ou prestou serviços satisfatoriamente, em características compatíveis com o objeto da licitação.
- 11.12.2. Deverá constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato. Do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total da contratação é SIGILOSO, com fulcro no permissivo legal do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, do art. 104 do DECRETO Nº 6.606/2023 e INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 08/2023/GASEC.

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

12.2. Justifica-se, ainda o caráter sigiloso do orçamento, na função de mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, além de prevenir eventual prejuízo à eficiência econômica da contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A contratação se efetivará no decorrer do exercício de 2026 estando alinhada com os instrumentos de Planejamento estratégico do Governo Estadual – PPA 2024/2027, bem como à Lei Orçamentária vigente, com previsão de recursos necessários para atendimento do objeto mencionado.

13.2. Referente a **SECAD**, a demanda está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) - 2026, conforme protocolo de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: 26894022000136-0-000001/2026.

13.3. Protocolo de envio do PCA ao PNCP referente à **demandada da PMTO**: 33567785000138-0-000001/2026.

13.4. Protocolo de envio do PCA ao PNCP referente à **demandada da SSP/TO**: 25053109000118-0-000001/2026.

13.5. A despesa com a execução do contrato correrá à conta da dotação orçamentária constante do Decreto de execução orçamentário-financeira do Poder Executivo.

13.6. Dotação orçamentária:

Dotação

SECAD:

UG	UNIDADE	AÇÃO	Fonte
23010	Gestão das Unidades do PRONTO	2460	1.500.0000000
23010	Implantação de unidades do PRONTO	1125	1.500.0000000

PMTO: CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.122.1160.1170; FONTE DE RECURSOS: 754; NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.52 (Equipamentos e Material Permanente).

SSP/TO: CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 32480.06.181.1160.4545 e 32480.06.181.1160.4546; FONTE DE RECURSOS: 713; NATUREZA DE DESPESA: 4.4.90.52.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Entregar os materiais de acordo com as quantidades e especificações estabelecidas neste Termo de Referência e com a proposta apresentada, assegurando o padrão de qualidade exigida.

14.2. Apresentar no ato da entrega dos materiais a Nota Fiscal com todos os campos responsivos devidamente preenchidos indicando a marca dos produtos, valor unitário e total, sem rasuras ou emendas.

14.3. Manter durante toda a execução do contrato, as obrigações assumidas e preservar as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas na licitação, conforme inciso XVI, do art. 92, da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Os móveis deverão ser entregues e instalados nos locais a serem definidos previamente pela Secretaria da Administração.

14.5. Substituir no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, o material que eventualmente apresentar defeito ou incorreção sem ônus para a Contratante.

14.6. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste Termo.

14.7. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e obrigações sociais previstas na legislação em vigor, conforme art. 121, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE resultantes da execução do serviço objeto do presente Termo de Referência.

14.8. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à SECAD ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

14.9. Responsabilizar-se por todos os ônus referentes ao transporte dos biombo e colunas e de seus funcionários.

14.10. O não cumprimento dessas exigências implicará em penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

15.2. Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, federal, estadual e municipal, direta e/ou indiretamente, aplicáveis ao Contrato.

15.3. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições do art. 89, da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.

15.5. Pagar à importância correspondente as aquisições dos produtos.

15.6. Designar Fiscal responsável para receber, conferir e verificar a qualidade do mobiliário.

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

66

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

15.7. Zelar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pelas partes, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a aquisição do objeto.

16. DA VIGÊNCIA

16.1. O contrato terá vigência adstrita aos respectivos créditos orçamentários a partir da data de sua assinatura.

16.2. Após a expiração da vigência, ainda subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA quanto a garantia dos materiais entregues, quando for o caso.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.1.2. A Administração, para aplicação das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.

17.1.3. Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do Contrato que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência;

17.1.4. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à CONTRATADA, se houver, ou cobradas judicialmente.

17.1.5. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

TABELA I

INFRAÇÃO	SANÇÃO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame	Advertência e/ou multa de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.
Quando não mantiver a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Advertência e/ou multa de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;	Advertência e/ou multa de 0,5% a 10% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação	Advertência e/ou multa de 10% a 15% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.
Fraudar a licitação	Advertência e/ou multa de 15% a 20% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada	Advertência e/ou multa de 15% a 20% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Advertência e/ou multa de 15% a 20% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013	Advertência e/ou multa de 15% a 20% do valor do contrato licitado, sem prejuízo de outra sanção mais grave.
--	---

17.2. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

17.2.1. A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, à penalidade de Multa, conforme graus e condutas dispostos nas tabelas II e III abaixo e demais especificações a seguir, **limitadas a 25% do valor total estimado do valor do contrato:**

TABELA II	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	De 1% do valor do contrato
2	De 2% do valor do contrato
3	De 5% do valor do contrato
4	De 10% do valor do contrato
5	De 15% do valor do contrato
6	De 20% do valor do contrato

TABELA III			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	6	Por ocorrência.
2	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.	6	Por ocorrência.
3	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	4	Por ocorrência.
4	Dar causa à inexecução total do contrato;	5	Por ocorrência.
5	Deixar de entregar o objeto na data prevista no termo contratual para início da vigência	1	Por dia, limitado até 10% do valor do contrato.
6	Apresentar notas fiscais para o pagamento em desacordo com as exigências do edital	2	Por ocorrência.

17.2.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.2.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.2.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no art. 155 da Lei de Licitação nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Entidade licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.2.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas **TABELA I e III** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.3. O procedimento para aplicação das sanções pelos seguintes motivos: não assinar a ata de registro de preços; não manter a proposta; não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação; recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; deixar de apresentar amostra; apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra falsificada ou deteriorada serão de responsabilidade da Entidade promotora da licitação, conforme regulamento próprio.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. O quantitativo do objeto poderá sofrer acréscimos e supressões até o limite previsto na legislação em vigor, nos termos do Art. 124 e 125 da Lei 14.133/2021;
- 18.2. Ao fornecedor que deixar de cumprir as condições estabelecidas neste Termo ou fizer de modo defeituoso e prejudicial ao bom andamento dos serviços e interesse do Estado, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as sanções previstas na Lei 14.133/2021 e legislações correlatas;
- 18.3. A empresa será notificada por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo;
- 18.4. Fica estabelecido o foro da Comarca do município de Palmas - TO, como competente para dirimir qualquer questão contratual, com renúncia expressa de qualquer outro que as partes tenham ou venham a constituir.
- 18.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo IV-A – **Descrição detalhada SECAD – REGIÕES DOS PRONTOS.**

Anexo IV-B **Descrição detalhada de cada item.**

Anexo IV-C - **Quantitativo por órgão participante**

Anexo IV-D - **Imagens meramente ilustrativas.**

Anexo IV-E- **Mapa de Regiões do Estado do Tocantins.**



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de LicitaçãoANEXO IV-A
Descrição detalhada demanda SECAD – REGIÕES DOS PRONTOS.

GRUPO	ITEM	Código SIGA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	BICO DO PAPAGAIO	MEIO NORTE	SUDESTE	CENTRAL	TOTAL
1	1	30998	Armário alto – Medida: 800 x 1600 x 465 mm (L x A x P)	UN	5	5	5	3	18
	2	31064	Armário arquivo para pasta suspensa Medida: 470 x 1410 x 450 mm (L x A x P)	UN	0	0	0	12	12
	3	30197	Armário baixo – Medida: 800 x 740 x 465 mm (L x A x P)	UN	40	40	40	76	196
	4	30812	Armário médio – Medida: 800 x 1100 x 500 mm (L x A x P)	UN	6	6	6	43	61
	5	40226	Divisória para mesa 1100 x 300 x 18 mm (L x A x E)	UN	5	5	5	0	15
	6	31026	Mesa angular – Medida: 1200/600 x 1200/600 x 740 mm	UN	5	5	5	0	15
	7	31029	Mesa angular – Medida: 1400/600 x 1400/600 x 740 mm;	UN	8	8	8	30	54
	8	31038	Mesa com credenza – Medida: 1800 x 740 x 600 mm (L x A x P)	UN	1	1	1	0	3
	9	31065	Gaveteiro suspenso – Medida: 400 x 300 x 400 mm (L x A x P)	UN	40	40	40	96	216
	10	31066	Gaveteiro volante/móvel – Medida: 400 x 740 x 600 mm (L x A x P)	UN	10	10	10	112	142
	11	31046	Mesa de trabalho – Formato: retangular; Medida: 1200 x 740 x 600 mm (L x A x P)	UN	6	6	6	18	36
	12	31025	Mesa para reunião – Medida: 1000 x 740 mm (D x A); Formato: redonda	UN	2	2	2	8	14
	13	31022	Mesa para reunião – Medida: 1600 x 740 x 900 mm (L x A x P)	UN	0	0	0	3	3
	14	40260	Mesa plataforma – Tipo: dupla; Medida: 1200 x 740 x 1200 mm (L x A x P)	UN	5	5	5	68	83
	15	40003	Mesa trapezoidal – Tampo: em MDF, medindo 1200 x 600 x 25 mm (L x P x E)	UN	9	9	9	14	41
	16	32483	Balcão de atendimento – Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1000 x 740 x 25 mm (L x P x E)	UN	8	8	8	0	24
	17	32489	Balcão de atendimento – Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1200 x 800 x 25 mm (L x P x E)	UN	40	40	40	96	216
	18	40002	Balcão de atendimento – Tipo: recepção; Tampo superior: em MDF, medindo 1600mm	UN	1	1	1	0	3
	19	40000	Balcão modular angular – Tipo: recepção; Tampo superior: em MDF, medindo 1600/400 x 1600/400 x 25 mm (L x P x E)	UN	1	1	1	0	3
2	20	61835	Cadeira concha - Modelo: com apoio de braços; Estrutura: em aço tubular; Assento e encosto: em polipropileno.	UN	10	10	10	32	62

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

	21	61839	Cadeira fixa sem braço	UN	50	50	50	146	296
	22	26842	Cadeira giratória com braço – Modelo: espaldar alto	UN	1	1	1	0	3
	23	61841	Cadeira giratória com braço – Modelo: espaldar médio	UN	65	65	65	306	501
	24	31063	Sofá com braço – Quantidade de assentos: 3	UN	10	10	10	48	78
3	25	31089	Módulo de sofá – Tipo: central, medindo 740 x 450 x 210 mm (L x A x E).	UN	2	2	2	2	8
	26	31090	Módulo de sofá – Tipo: de canto; medindo 740 x 450 x 160 mm (L x A x E).	UN	1	1	1	1	4

*Por itens

27	58598	Escada – Categoria: articulada	UN	1	1	1	2	5
28	31125	Lixeira permanente aço inoxidável 100 L	UN	7	7	7	15	36
29	28130	Armário para cozinha – Modelo: aéreo	UN	1	1	1	5	8
30	31130	Cesto para lixo mdf	UN	30	30	30	60	150



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de LicitaçãoANEXO IV-B
DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS E MODELO DE FORMAÇÃO DE PLANILHA DE PREÇO

	Item	CRITÉRIO	Código SIGA	QTD	UND	Descrição	VL UNIT.	VL TOTAL
GRUPO 01	1	SEM BENEFÍCIO	30998	1280	UN	Armário alto - Medida: 800 x 1600 x 465 mm (L x A x P); Tampo superior: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo superior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das laterais: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Tampo inferior: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo inferior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Fundo: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do fundo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Portas: 2, em MDP, de correr, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico, na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das portas: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Rodapé: em aço, apoiado por 4 sapatas revestidas em nylon injetado com regulador de altura interno, pintura eletrostática epóxi pó; Prateleira: 3, móvel, em MDP, com 18 mm de espessura, apoiada por pinos plásticos; Puxadores: 2, 1 em cada porta, em zamak cromo acetinado; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Informações adicionais: as laterais devem conter furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário.		
	2		31064	42	UN	Armário arquivo - Finalidade: para pasta suspensa; Medida: 470x 1410 x 450 mm (L x A x P); Material: MDF com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Quantidade de gavetas: 4, com guias em chapa de aço, sistema deslizante por meio de roldanas em poliamida rígida injetada, trava ao final do curso.		
	3		30197	1232	UN	Armário baixo - Medida: 800 x 740 x 465 mm (L x A x P); Tampo superior: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo superior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das laterais: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Tampo inferior: em		

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

					MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo inferior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Fundo: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do fundo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Portas: 2, em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico, na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das portas: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Rodapé: em aço, apoiado por 4 sapatas revestidas em nylon injetado com regulador de altura interno, pintura eletrostática epóxi pó; Prateleira: 1, móvel, em MDP, com 18 mm de espessura, apoiada por pinos plásticos; Puxadores: 2, 1 em cada porta, em zamak cromo acetinado; Dobradiças: 4, sendo 2 por porta, em zamak, acabamento niquelado, permitindo abertura de até 105°; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Informações adicionais: as laterais devem conter furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário.		
4		30812	91	UN	Armário médio - Medida: 800 x 1100 x 500 mm (L x A x P); Tampo superior: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo superior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das laterais: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Tampo inferior: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo inferior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Fundo: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do fundo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Portas: 2, em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico, na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das portas: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Rodapé: em aço, apoiado por 4 sapatas revestidas em nylon injetado com regulador de altura interno, pintura eletrostática epóxi pó; Prateleira: 1, móvel, em MDP, com 18 mm de espessura, apoiada por pinos plásticos; Puxadores: 2, 1 em cada porta, em zamak cromo acetinado; Dobradiças: 4, sendo 2 por porta, em zamak, acabamento niquelado, permitindo abertura de até 105°; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis;		

ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

73



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

HASH: 56c1ab95d69f54953a087885b4c7a3b6a0ea2f801c9624e73e28b0e376bac13. Documento digital disponível em <https://www.siga.to.gov.br/flowbee-pub/#/validar/8N5Z-XVXS-YHQ7-C66C>. Juntado em 03/07/2026 09:50:33 por Janaina Matos.

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

					Informações adicionais: as laterais devem conter furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário.		
	5		40226	45	UN	Divisória para mesa - Material: em MDF, revestido em ambas as faces em laminado melamínico; Medida: 1100 x 300 x 18 mm (L x A x E); Cor: gianduia.	
	6		31026	817	UN	Mesa angular - Medida: 1200/600 x 1200/600 x 740 mm; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix, com orifício de 70 mm de diâmetro, com passa cabo de PVC rígido, tampa externa removível, formato oblongo; Painel frontal: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do painel frontal: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix; Pés laterais: em forma de "I", com chapa de aço formato ponta-raio, coluna frisada; Acabamento dos pés laterais: com tampa removível, em polipropileno, para passagem de fiação, com suporte para fixação da sapata niveladora; Pé de canto: sextavado, em chapa de aço fino frio; Calha: em chapa de aço 18 em formato "J", com fechamento em chapa de aço para instalação de tomadas; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: em zamak cromo acetinado; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem por meio de rosca; Pintura: eletrostática em epóxi pó com pré-tratamento antiferruginoso.	
	7		31029	274	UN	Mesa angular - Medida: 1400/600 x 1400/600 x 740 mm; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix, com orifício de 70 mm de diâmetro, com passa cabo de PVC rígido, tampa externa removível, formato oblongo; Painel frontal: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do painel frontal: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix; Pés laterais: em forma de "I", com chapa de aço formato ponta-raio, coluna frisada; Acabamento dos pés laterais: com tampa removível, em polipropileno, para passagem de fiação, com suporte para fixação da sapata niveladora; Pé de canto: sextavado, em chapa de aço fino frio; Calha: em chapa de aço 18 em formato "J", com fechamento em chapa de aço para instalação de tomadas; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: em zamak cromo acetinado; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem por meio de rosca; Pintura: eletrostática em epóxi pó com pré-tratamento antiferruginoso.	
	8		31038	67	UN	Mesa com credenza - Medida: 1800 x 740 x 600 mm (L x A x P); Mesa: em MDP, com 50 mm de espessura, revestido ambas as faces em melamínico na cor gianduia, com painel central e pé painel com sapatas niveladoras; Credenza: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido ambas as faces em melamínico na cor gianduia, medindo 1750 x 640 x 465 mm (L x A x P), 4 gavetas com frente em MDP de 18 mm, 1 porta de correr com	



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

						roldanas em nylon e trilho de alumínio, nicho aberto, puxador e alça em zamak cromo acetinado.		
	9		31065	1464	UN	Gaveteiro suspenso - Medida: 400 x 300 x 400 mm (L x A x P); Gavetas: 2, com frente em MDP de 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, bordas de poliestireno flexível e corpo em chapa de aço; Acabamento das gavetas: com guias em chapa de aço, sistema deslizante por meio de roldanas em poliamida rígida injetada, trava ao final do curso, fechadura cilíndrica, travamento simultâneo e 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: alça em zamak cromo acetinado; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia e bordas de poliestireno flexível; Base: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico; Fundo: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Montagem: com buchas metálicas, parafusos com rosas milimétricas, arruelas de pressão e tratamento anticorrosivo.		
	10		31066	378	UN	Gaveteiro volante/móvel - Medida: 400 x 740 x 600 mm (L x A x P); Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia e bordas de fita de PVC extrudada; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia e bordas de fita de PVC extrudada; Base: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico; Fundo: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Gavetas: 4, com frente em MDP de 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, bordas de fita de PVC extrudada, capacidade de carga de até 20 kg e porta objeto em vacuum forming com divisórias; Acabamento das gavetas: fundo em eucaplaç, com espessura de 3 mm, correções em aço, roletes em nylon, sistema de freio, quatro pinos, fechadura cilíndrica, travamento simultâneo e 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: alça em zamak cromo acetinado; Rodízios: 4, de duplo giro, em nylon, eixo e haste de aço, com trava nos dois da frente; Montagem: com buchas metálicas, parafusos com rosas milimétricas, arruelas de pressão e tratamento anticorrosivo.		
	11		31046	748	UN	Mesa de trabalho - Formato: retangular; Medida: 1200 x 740 x 600 mm (L x A x P); Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico, cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, fixada pelo sistema minifix, com orifícios com 60 mm de diâmetro, acabados com passa cabos de PVC rígido, com tampa removível e abertura para passagem de cabos; Painel frontal: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico, na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do painel frontal: todo o contorno do painel encabeçado em fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, fixação no painel pelo sistema minifix; Pés laterais: em forma de "I", com chapa de aço formato ponta-raio, coluna		

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

					frusada; Acabamento dos pés laterais: com tampa removível, em polipropileno, para passagem de fiação, com suporte para fixação da sapata niveladora; Gaveteiro suspenso: medindo 400 x 200 x 400 mm (L x A x P), com 2 gavetas, com frente em MDP de 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, e corpo em chapa de aço; Acabamento das gavetas: com guias em chapa de aço, sistema deslizante por meio de roldanas em poliamida rígida injetada, trava ao final do curso, fechadura cilíndrica, travamento simultâneo, puxadores em zamak e 2 chaves escamoteáveis; Calha: em chapas metálicas # 20, em formato "J", com divisão interna horizontal para passagem de fiação individual, com orifícios para instalação de tomadas convencionais e para plugs rj-45.		
12		31025	187	UN	Mesa para reunião - Medida: 1000 x 740 mm (D x A); Formato: redonda; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, fixada pelo sistema hot melt; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem por meio de rosca; Pé central: com 5 patas, cromado.		
13		31022	193	UN	Mesa para reunião - Medida: 1600 x 740 x 900 mm (L x A x P); Formato: retangular; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, fixada pelo sistema minifix, com orifício de 60 mm de diâmetro, com passa cabo em PVC rígido; Painel central: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Pé painel: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico, na cor gianduia; Acabamento do pé painel: todo o contorno encabeçado em fita de poliestireno, fixado pelo sistema minifix, com suporte para fixação da sapata niveladora; Calha: em chapa de aço 18 em formato "J", com fechamento em chapa de aço para instalação de tomadas; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem por meio de rosca.		
14		40260	87	UN	Mesa plataforma dupla - Medida: 1200 x 740 x 1200 mm (L x A x P); Tampo: em mdf, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico, cor gianduia, texturizado, semifosco e antirreflexo; Quantidade de lugar : 2, medindo 1200 x 600 mm, cada; Pés laterais : metálico, em forma de "u", com sapata niveladora; Caixa de tomada : 2, em chapa de aço, medindo 300 x 125 mm.		
15		40003	41	UN	Mesa trapezoidal - Tampo: em MDF, medindo 1200 x 600 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Pés: em aço tubular, medindo 715 mm de altura.		
16		32483	64	UN	Balcão de atendimento - Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1000 x 740 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Painel frontal: em MDF, medindo 1000 x 720 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Painel lateral: em MDF, medindo 740 x 1350 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Informações adicionais: com calha		

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

					metálica horizontal sob o tampo da mesa para passagem de fiação.		
	17		32489	228	UN	Balcão de atendimento - Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1200 x 800 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Painel frontal: em MDF, medindo 1200 x 760 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Painel lateral: em MDF, medindo 1200 x 1350 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor areia; Informações adicionais: com calha metálica horizontal sob o tampo da mesa para passagem de fiação.	
	18		40002	13	UN	Balcão modular reto - Tipo: recepção; Tampo superior: em mdf, medindo 1600 x 400 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Painel frontal: em mdf, medindo 1600 x 1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Painel lateral: em mdf, medindo 400 x 1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Mesa: em mdf, revestido em laminado melamínico, na cor gianduia, tampo medindo 1500 x 600 x 25 mm (L x P x E) e pé painel medindo 600 x 740 x 25 mm (L x A x E).	
	19		40000	36	UN	Balcão modular angular - Tipo: recepção; Tampo superior: em MDF, medindo 1600/400 x 1600/400 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Painel frontal: em MDF, medindo 1600/1080 x 1600/1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Painel lateral: em MDF, medindo 400 x 1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Mesa: em MDF, revestido em laminado melamínico, na cor gianduia, tampo medindo 1500/600 x 1500/600 x 25 mm (L x P x E), painel frontal medindo 1500/350 x 1500/350 x 25 mm (L x A x E), pé painel medindo 600 x 740 x 25 mm (L x A x E) e pé de canto em chapa de aço. Informações adicionais: com calha metálica horizontal sob o tampo da mesa para passagem de fiação.	
GRUPO 02	20	SEM BENEFÍCIO	61835	122	UN	Cadeira concha - Modelo: com apoio de braços; Estrutura: em aço tubular; Assento e encosto: em polipropileno.	
	21		61839	4.078	UN	Cadeira fixa sem braço - Tipo: interlocutor; Estrutura: em aço com sapatas em nylon; Assento: em abs, espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular, medindo 490 x 500 mm (L x P), densidade controlada de 45/50 kg/m³, com 40 mm de espessura média, revestimento em couríssimo na cor preta; Encosto: em polipropileno copolímero injetado, com espuma injetada, revestido em couro ecológico, na cor preta, medindo 480 x 640 mm (L x A).	
	22		26842	135	UN	Cadeira giratória com braço - Modelo: espaldar alto; Braços: reguláveis, com apoio em polipropileno; Assento: em alumínio com regulagem de lombar, medindo 480 x 720 mm (L x P), com capa de acabamento e proteção em tela mesh com fios de aço, na cor preta; Encosto: em tela mesh com fios de aço, medindo 480 x 650 mm (L x A), na cor preta; Base: desmontável, com 5 hastes, em liga de alumínio cromada, com rodízios de nylon, contracapa de polipropileno na cor preta; Mecanismo: com regulagem de altura do assento e inclinação do encosto, e com encosto cervical ajustável.	



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

	23		61841	2.706	UN	Cadeira giratória com braço - Modelo: espaldar médio; Braços: reguláveis, com apoio em polipropileno; Assento: em polipropileno copolímero injetado, com espuma injetada, revestido em couro sintético com enchimento em espuma, na cor preta, medindo 485 x 480 mm (C x L); Encosto: em polipropileno copolímero injetado, revestido em couro sintético com enchimento em espuma, na cor preta, medindo 560 x 550 mm (C x A); Base: desmontável, com 5 hastes, em liga de alumínio cromada, com rodízios de nylon; Mecanismo: com regulagem de altura do assento e inclinação do encosto; Pintura: epóxi a pó, do tipo híbrido poliéster na cor preta.		
	24		31063	384	UN	Sofá com braço - Quantidade de assentos: 3; Braço: em MDP, com 18 mm com espessura, coberto com camada de espuma, revestido com tecido 100% poliéster, na cor preta; Estrutura: em aço tubular com acabamento cromado; Assento: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 45 kg/m³, revestido em tecido 100% poliéster, na cor preta; Encosto: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 33 kg/m³, revestido com tecido 100% poliéster, na cor preta.		
GRUPO 03	25	SEM BENEFÍCIO	31089	38	UN	Módulo de sofá - Tipo: central; Estrutura: em aço tubular, medindo 740 x 290 x 740 mm (L x A x P); Assento: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 45 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor cinza, medindo 740 x 160 x 530 mm (L x A x P); Encosto: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 33 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor preto, medindo 740 x 450 x 210 mm (L x A x E).		
	26		31090	19	UN	Módulo de sofá - Tipo: de canto; Estrutura: em aço tubular, medindo 740 x 290 x 740 mm (L x A x P); Assento: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 45 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor cinza, medindo 530 x 160 x 530 mm (L x A x P); Encosto: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 33 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor preto, medindo 740 x 450 x 160 mm (L x A x E).		
ITENS	27	Participação Aberta, vinculado ao Item Nº 28	58598	108	UN	Escada - Categoria: articulada; Material: alumínio; Requisito: 4 x 4.		
	28	Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 27 (Cota Reservada)	58598	35	UN	Escada - Categoria: articulada; Material: alumínio; Requisito: 4 x 4.		
	29	Participação Aberta, vinculado ao Item Nº 30	31125	1.129	UN	Lixeira permanente - Formato: cilíndrico; Material: aço inoxidável; Capacidade: 100 L; Medida: 800 x 400 mm (A x D); Informações adicionais: com tampa e pedal.		
	30	Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 29 (cota Reservada)	31125	57	UN	Lixeira permanente - Formato: cilíndrico; Material: aço inoxidável; Capacidade: 100 L; Medida: 800 x 400 mm (A x D); Informações adicionais: com tampa e pedal.		

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

	31	Participação Aberta, vinculado ao Item Nº 32	28130	107	UN	Armário para cozinha - Modelo: aéreo; Material: aço; Pintura: eletrostática; Cor: branca; Requisito: com 4 portas.		
	32	Participação Exclusiva, vinculado ao Item Nº 31(cota Reservada)	28130	35	UN	Armário para cozinha - Modelo: aéreo; Material: aço; Pintura: eletrostática; Cor: branca; Requisito: com 4 portas.		
	33	EXCLUSIVO ME/EPP	31130	250	UN	Cesto para lixo - Material: mdf, com 18 mm, na cor gianduia; Formato: quadrado; Capacidade: 30 L;		

HASH: 56c1ab95fd69f54953a087885b4c7a3b6a0ea2f801c9624e73e28b0e376bac13. Documento digital disponível em <https://www.sigatoc.gov.br/flowbee-pub/#/validar/8N5Z-XX/XS-YHQ7-C66C>. Juntado em 03/07/2026 09:50:33 por Janaina Matos.



ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ANEXO IV-C
DETALHAMENTO DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO POR ÓRGÃO

	Item	Código SIGA	QTD	UND	QUANT SECAD	QUANT PM	QUANT SSP	QUANT TOTAL
GRUPO 01	1	30998	Armário alto - Medida: 800 x 1600 x 465 mm (L x A x P); Tampo superior: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo superior: todo o contorno encabeçado com fita de polies tireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das laterais: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Tampo inferior: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo inferior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Fundo: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do fundo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Portas: 2, em MDP, de correr, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico, na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das portas: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Rodapé: em aço, apoiado por 4 sapatas revestidas em nylon injetado com regulador de altura interno, pintura eletrostática epóxi pó; Prateleira: 3, móvel, em MDP, com 18 mm de espessura, apoiada por pinos plásticos; Puxadores: 2, 1 em cada porta, em zamak cromo acetinado; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Informações adicionais: as laterais devem conter furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário.	UN	18	1.190	72	1280
	2	31064	Armário arquivo - Finalidade: para pasta suspensa; Medida: 470x 1410 x 450 mm (L x A x P); Material: MDF com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Quantidade de gavetas: 4, com guias em chapa de aço, sistema deslizante por meio de roldanas em poliamida rígida injetada, trava ao final do curso.	UN	12	0	30	42
	3	30197	Armário baixo - Medida: 800 x 740 x 465 mm (L x A x P); Tampo superior: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo superior: todo o	UN	196	970	66	1232

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

		contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das laterais: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Tampo inferior: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo inferior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Fundo: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do fundo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Portas: 2, em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico, na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das portas: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Rodapé: em aço, apoiado por 4 sapatas revestidas em nylon injetado com regulador de altura interno, pintura eletrostática epóxi pó; Prateleira: 1, móvel, em MDP, com 18 mm de espessura, apoiada por pinos plásticos; Puxadores: 2, 1 em cada porta, em zamak cromo acetinado; Dobradiças: 4, sendo 2 por porta, em zamak, acabamento niquelado, permitindo abertura de até 105°; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Informações adicionais: as laterais devem conter furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário.					
4	30812	Armário médio - Medida: 800 x 1100 x 500 mm (L x A x P); Tampo superior: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo superior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das laterais: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Tampo inferior: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo inferior: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Fundo: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e	UN	61	0	30	91

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

		antirreflexo; Acabamento do fundo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Portas: 2, em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico, na cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento das portas: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, arestas arredondadas; Rodapé: em aço, apoiado por 4 sapatas revestidas em nylon injetado com regulador de altura interno, pintura eletrostática epóxi pó; Prateleira: 1, móvel, em MDP, com 18 mm de espessura, apoiada por pinos plásticos; Puxadores: 2, 1 em cada porta, em zamak cromo acetinado; Dobradiças: 4, sendo 2 por porta, em zamak, acabamento niquelado, permitindo abertura de até 105°; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Informações adicionais: as laterais devem conter furações para regulagem de prateleiras em toda a altura útil do armário.					
5	40226	Divisória para mesa - Material: em MDF, revestido em ambas as faces em laminado melamínico; Medida: 1100 x 300 x 18 mm (L x A x E); Cor: gianduia.	UN	15	0	30	45
6	31026	Mesa angular - Medida: 1200/600 x 1200/600 x 740 mm; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix, com orifício de 70 mm de diâmetro, com passa cabo de PVC rígido, tampa externa removível, formato oblongo; Painel frontal: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do painel frontal: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix; Pés laterais: em forma de "I", com chapa de aço formato ponta-raio, coluna frisada; Acabamento dos pés laterais: com tampa removível, em polipropileno, para passagem de fiação, com suporte para fixação da sapata niveladora; Pé de canto: sextavado, em chapa de aço fino frio; Calha: em chapa de aço 18 em formato "J", com fechamento em chapa de aço para instalação de tomadas; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: em zamak cromo acetinado; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem por meio de rosca; Pintura: eletrostática em epóxi pó com pré-tratamento antiferruginoso.	UN	15	704	98	817
7	31029	Mesa angular - Medida: 1400/600 x 1400/600 x 740 mm; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix, com orifício de 70 mm de diâmetro, com passa cabo de PVC rígido, tampa externa removível, formato oblongo; Painel frontal: em MDP,	UN	54	102	118	274



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

		com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do painel frontal: todo o contorno encabeçado com fita de PVC, fixada pelo sistema minifix; Pés laterais: em forma de "I", com chapa de aço formato ponta-raio, coluna frisada; Acabamento dos pés laterais: com tampa removível, em polipropileno, para passagem de fiação, com suporte para fixação da sapata niveladora; Pé de canto: sextavado, em chapa de aço fino frio; Calha: em chapa de aço 18 em formato "J", com fechamento em chapa de aço para instalação de tomadas; Fechadura: cilíndrica, travamento simultâneo com 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: em zamak cromo acetinado; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem por meio de rosca; Pintura: eletrostática em epóxi pó com pré-tratamento antiferruginoso.					
8	31038	Mesa com credenza - Medida: 1800 x 740 x 600 mm (L x A x P); Mesa: em MDP, com 50 mm de espessura, revestido ambas as faces em melamínico na cor gianduia, com painel central e pé painel com sapatas niveladoras; Credenza: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido ambas as faces em melamínico na cor gianduia, medindo 1750 x 640 x 465 mm (L x A x P), 4 gavetas com frente em MDP de 18 mm, 1 porta de correr com roldanas em nylon e trilho de alumínio, nicho aberto, puxador e alça em zamak cromo acetinado.	UN	3	0	64	67
9	31065	Gaveteiro suspenso - Medida: 400 x 300 x 400 mm (L x A x P); Gavetas: 2, com frente em MDP de 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, bordas de poliestireno flexível e corpo em chapa de aço; Acabamento das gavetas: com guias em chapa de aço, sistema deslizante por meio de roldanas em poliamida rígida injetada, trava ao final do curso, fechadura cilíndrica, travamento simultâneo e 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: alça em zamak cromo acetinado; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia e bordas de poliestireno flexível; Base: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico; Fundo: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Montagem: com buchas metálicas, parafusos com roscas milimétricas, arruelas de pressão e tratamento anticorrosivo.	UN	216	1248	0	1464
10	31066	Gaveteiro volante/móvel - Medida: 400 x 740 x 600 mm (L x A x P); Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia e bordas de fita de PVC extrudada; Laterais: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia e bordas de fita de PVC extrudada; Base: em MDP, com 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado	UN	142	0	236	378

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

		melamínico; Fundo: em MDP, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Gavetas: 4, com frente em MDP de 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, bordas de fita de PVC extrudada, capacidade de carga de até 20 kg e porta objeto em vaccum forming com divisórias; Acabamento das gavetas: fundo em eucaplaç, com espessura de 3 mm, corredeiras em aço, roletes em nylon, sistema de freio, quatro pinos, fechadura cilíndrica, travamento simultâneo e 2 chaves escamoteáveis; Puxadores: alça em zamak cromo acetinado; Rodízios: 4, de duplo giro, em nylon, eixo e haste de aço, com trava nos dois da frente; Montagem: com buchas metálicas, parafusos com roscas milimétricas, arruelas de pressão e tratamento anticorrosivo.					
11	31046	Mesa de trabalho - Formato: retangular; Medida: 1200 x 740 x 600 mm (L x A x P); Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico, cor gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, fixada pelo sistema minifix, com orifícios com 60 mm de diâmetro, acabados com passa cabos de PVC rígido, com tampa removível e abertura para passagem de cabos; Painel frontal: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico, na gianduia, texturizado, semi-fosco e antirreflexo; Acabamento do painel frontal: todo o contorno do painel encabeçado em fita de poliestireno, coladas com adesivo hot melt, fixação no painel pelo sistema minifix; Pés laterais: em forma de "I", com chapa de aço formato ponta-raio, coluna frisada; Acabamento dos pés laterais: com tampa removível, em polipropileno, para passagem de fiação, com suporte para fixação da sapata niveladora; Gaveteiro suspenso: medindo 400 x 200 x 400 mm (L x A x P), com 2 gavetas, com frente em MDP de 18 mm de espessura, revestida em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia, e corpo em chapa de aço; Acabamento das gavetas: com guias em chapa de aço, sistema deslizante por meio de roldanas em poliamida rígida injetada, trava ao final do curso, fechadura cilíndrica, travamento simultâneo, puxadores em zamak e 2 chaves escamoteáveis; Calha: em chapas metálicas # 20, em formato "J", com divisão interna horizontal para passagem de fiação individual, com orifícios para instalação de tomadas convencionais e para plugs rj-45.	UN	36	612	100	748
12	31025	Mesa para reunião - Medida: 1000 x 740 mm (D x A); Formato: redonda; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, fixada pelo sistema hot melt; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulação	UN	14	139	34	187



SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

			por meio de rosca; Pé central: com 5 patas, cromado.					
13	31022		Mesa para reunião - Medida: 1600 x 740 x 900 mm (L x A x P); Formato: retangular; Tampo: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Acabamento do tampo: todo o contorno encabeçado com fita de poliestireno, fixada pelo sistema minifix, com orifício de 60 mm de diâmetro, com passa cabo em PVC rígido; Paine central: em MDP, com 15 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico na cor gianduia; Pé painel: em MDP, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo prensado de melamínico, na cor gianduia; Acabamento do pé painel: todo o contorno encabeçado em fita de poliestireno, fixado pelo sistema minifix, com suporte para fixação da sapata niveladora; Calha: em chapa de aço 18 em formato "J", com fechamento em chapa de aço para instalação de tomadas; Sapata niveladora: em polipropileno injetado e haste metálica com regulagem por meio de rosca.	UN	3	144	46	193
14	40260		Mesa plataforma dupla - Medida: 1200 x 740 x 1200 mm (L x A x P); Tampo: em mdf, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces por filme termo prensado de melamínico, cor gianduia, texturizado, semifosco e antirreflexo; Quantidade de lugar: 2, medindo 1200 x 600 mm, cada; Pés laterais: metálico, em forma de "u", com sapata niveladora; Caixa de tomada: 2, em chapa de aço, medindo 300 x 125 mm.	UN	83	0	4	87
15	40003		Mesa trapezoidal - Tampo: em MDF, medindo 1200 x 600 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Pés: em aço tubular, medindo 715 mm de altura.	UN	41	0	0	41
16	32483		Balcão de atendimento - Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1000 x 740 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Paine frontal: em MDF, medindo 1000 x 720 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Paine lateral: em MDF, medindo 740 x 1350 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Informações adicionais: com calha metálica horizontal sob o tampo da mesa para passagem de fiação.	UN	24	30	10	64
17	32489		Balcão de atendimento - Tipo: guichê; Tampo da mesa: em MDF, medindo 1200 x 800 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Paine frontal: em MDF, medindo 1200 x 760 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Paine lateral: em MDF, medindo 1200 x 1350 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor areia; Informações adicionais: com calha metálica horizontal sob o tampo da mesa para passagem de fiação.	UN	216	0	12	228
18	40002		Balcão modular reto - Tipo: recepção; Tampo superior: em mdf, medindo 1600 x 400 x 25 mm (L x P x E),	UN				

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

			revestido em laminado melamínico, na cor creme; Paineis: em MDF, medindo 1600 x 1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Paineis laterais: em MDF, medindo 400 x 1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Mesa: em MDF, revestido em laminado melamínico, na cor gianduia, tampo medindo 1500 x 600 x 25 mm (L x P x E) e pé painel medindo 600 x 740 x 25 mm (L x A x E).		3	0	10	13
	19	40000	Balcão modular angular - Tipo: recepção; Tampo superior: em MDF, medindo 1600/400 x 1600/400 x 25 mm (L x P x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Paineis: em MDF, medindo 1600/1080 x 1600/1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor gianduia; Paineis laterais: em MDF, medindo 400 x 1080 x 25 mm (L x A x E), revestido em laminado melamínico, na cor creme; Mesa: em MDF, revestido em laminado melamínico, na cor gianduia, tampo medindo 1500/600 x 1500/600 x 25 mm (L x P x E), painéis frontal medindo 1500/350 x 1500/350 x 25 mm (L x A x E), pé painel medindo 600 x 740 x 25 mm (L x A x E) e pé de canto em chapa de aço. Informações adicionais: com calha metálica horizontal sob o tampo da mesa para passagem de fiação.	UN	3	23	10	36
GRUPO 02	20	61835	Cadeira concha - Modelo: com apoio de braços; Estrutura: em aço tubular; Assento e encosto: em polipropileno.	UN	62	0	60	122
	21	61839	Cadeira fixa sem braço - Tipo: interlocutor; Estrutura: em aço com sapatas em nylon; Assento: em abs, espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular, medindo 490 x 500 mm (L x P), densidade controlada de 45/50 kg/m³, com 40 mm de espessura média, revestimento em couro sintético na cor preta; Encosto: em polipropileno copolímero injetado, com espuma injetada, revestido em couro ecológico, na cor preta, medindo 480 x 640 mm (L x A).	UN	296	3558	224	4078
	22	26842	Cadeira giratória com braço - Modelo: espaldar alto; Braços: reguláveis, com apoio em polipropileno; Assento: em alumínio com regulagem de lombar, medindo 480 x 720 mm (L x P), com capa de acabamento e proteção em tela mesh com fios de aço, na cor preta; Encosto: em tela mesh com fios de aço, medindo 480 x 650 mm (L x A), na cor preta; Base: desmontável, com 5 hastes, em liga de alumínio cromada, com rodízios de nylon, contracapa de polipropileno na cor preta; Mecanismo: com regulagem de altura do assento e inclinação do encosto, e com encosto cervical ajustável.	UN	3	0	132	135
	23	61841	Cadeira giratória com braço - Modelo: espaldar médio; Braços: reguláveis, com apoio em polipropileno; Assento: em polipropileno copolímero injetado, com espuma injetada, revestido em couro sintético com enchimento em espuma, na cor preta, medindo 485 x 480 mm (C x L); Encosto: em polipropileno copolímero injetado, revestido em couro sintético com enchimento	UN	501	1529	676	2706

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

			em espuma, na cor preta, medindo 560 x 550 mm (C x A); Base: desmontável, com 5 hastes, em liga de alumínio cromada, com rodízios de nylon; Mecanismo: com regulagem de altura do assento e inclinação do encosto; Pintura: epóxi a pó, do tipo híbrido poliéster na cor preta.					
	24	31063	Sofá com braço - Quantidade de assentos: 3; Braço: em MDP, com 18 mm com espessura, coberto com camada de espuma, revestido com tecido 100% poliéster, na cor preta; Estrutura: em aço tubular com acabamento cromado; Assento: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 45 kg/m³, revestido em tecido 100% poliéster, na cor preta; Encosto: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 33 kg/m³, revestido com tecido 100% poliéster, na cor preta.	UN	78	218	88	384
GRUPO 03	25	31089	Módulo de sofá - Tipo: central; Estrutura: em aço tubular, medindo 740 x 290 x 740 mm (L x A x P); Assento: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 45 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor cinza, medindo 740 x 160 x 530 mm (L x A x P); Encosto: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 33 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor preto, medindo 740 x 450 x 210 mm (L x A x E).	UN	8	0	30	38
	26	31090	Módulo de sofá - Tipo: de canto; Estrutura: em aço tubular, medindo 740 x 290 x 740 mm (L x A x P); Assento: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 45 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor cinza, medindo 530 x 160 x 530 mm (L x A x P); Encosto: em MDP, com 18 mm de espessura, coberto por uma camada de espuma com densidade 33 kg/m³, revestido em <i>couríssimo</i> na cor preto, medindo 740 x 450 x 160 mm (L x A x E).	UN	4	0	15	19
ITENS	27	58598	Escada - Categoria: articulada; Material: alumínio; Requisito: 4 x 4.	UN	5	128	10	143
	28	31125	Lixeira permanente - Formato: cilíndrico; Material: aço inoxidável; Capacidade: 100 L; Medida: 800 x 400 mm (A x D); Informações adicionais: com tampa e pedal.	UN	36	1.084	66	1186
	29	28130	Armário para cozinha - Modelo: aéreo; Material: aço; Pintura: eletrostática; Cor: branca; Requisito: com 4 portas.	UN	8	124	10	142
	30	31130	Cesto para lixo - Material: mdf, com 18 mm, na cor gianduia; Formato: quadrado; Capacidade: 30 L;	UN	150	0	100	250





Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ANEXO IV-D

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

	ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM
GRUPO 1	1	Armário alto - Medida: 800 x 1600 x 465 mm (L x A x P)	
	2	Armário arquivo para pasta suspensa – Medida: 470 x 1410 x 450 mm (L x A x P)	
	3	Armário baixo - Medida: 800 x 740 x 465 mm (L x A x P)	
	4	Armário médio - Medida: 800 x 1100 x 500 mm (L x A x P)	

SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

5	Divisória para mesa 1100 x 300 x 18 mm (L x A x E)	
6	Mesa angular - Medida: 1200/600 x 1200/600 x 740 mm	
7	Mesa angular - Medida: 1400/600 x 1400/600 x 740 mm;	
8	Mesa com credenza - Medida: 1800 x 740 x 600 mm (L x A x P)	
9	Gaveteiro suspenso - Medida: 400 x 300 x 400 mm (L x A x P)	
10	Gaveteiro volante/móvel - Medida: 400 x 740 x 600 mm (L x A x P)	

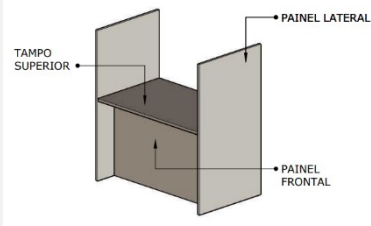


SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

11	Mesa de trabalho - Formato: retangular; Medida: 1200 x 740 x 600 mm (L x A x P)	
12	Mesa para reunião - Medida: 1000 x 740 mm (D x A); Formato: redonda	
13	Mesa para reunião - Medida: 1600 x 740 x 900 mm (L x A x P)	
14	Mesa plataforma - Tipo: dupla; Medida: 1200 x 740 x 1200 mm (L x A x P)	
15	Mesa trapezoidal - Tampo: em mdf, medindo 1200 x 600 x 25 mm (L x P x E)	
16	Balcão de atendimento - Tipo: guichê; Tampo da mesa: em mdf, medindo 1000 x 740 x 25 mm (L x P x E)	 1 BALCÃO TIPO GUICHÊ - 3D



SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

	17	Balcão de atendimento - Tipo: guichê; Tampo da mesa: em mdf, medindo 1200 x 800 x 25 mm (L x P x E)	
	18	Balcão de atendimento - Tipo: recepção; Tampo superior: em mdf, medindo 1600 x 400 x 25 mm (L x P x E)	
	19	Balcão modular angular - Tipo: recepção; Tampo superior: em mdf, medindo 1600/400 x 1600/400 x 25 mm (L x P x E)	
GRUPO 2	20	Cadeira concha - Modelo: com apoio de braços; Estrutura: em aço tubular; Assento e encosto: em polipropileno.	
	21	Cadeira fixa sem braço	

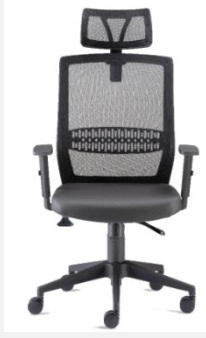


SECRETARIA DA
FAZENDA

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

	22	Cadeira giratória com braço - Modelo: espaldar alto	
	23	Cadeira giratória com braço - Modelo: espaldar médio	
	24	Sofá com braço - Quantidade de assentos: 3	
GRUPO 3	25	Módulo de sofá - Tipo: central, medindo 740 x 450 x 210 mm (L x A x E).	
	26	Módulo de sofá - Tipo: de canto; medindo 740 x 450 x 160 mm (L x A x E).	



ANEXO IV, sito na Quadra 103 Sul, Rua SO-07, Nº 05, Plano Diretor Sul - CEP: 77.015-030, Palmas/TO, Edifício DONA YAYÁ

92



ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA EM 03/07/2026 08:11:28

Verifique a autenticidade deste documento em <https://sgd.to.gov.br/verificador> informando o código: 600770AE026F4638 | SGD:2026/25009/069129

SECRETARIA DA
FAZENDATOCANTINS
GOVERNO DO ESTADOSecretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ITENS	27	Escada - Categoria: articulada	
	28	Lixeira permanente aço inoxidável 100 L	
	29	Armário para cozinha - Modelo: aéreo	
	30	Cesto para lixo - Material: mdf, com 18 mm, na cor gianduia; Formato: quadrado; Capacidade: 30 L.	





Secretaria Executiva do Tesouro
Superintendência de Compras e Central de Licitação

ANEXO IV-E

MAPA DE REGIÕES DO ESTADO DO TOCANTINS

